

5 de Outubro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 229
Director-Geral
Evaristo Mulaza



PLANO DE REESTRUTURAÇÃO APROVADO EM FEVEREIRO



Critérios de despedimentos contestados no BPC

BANCA. Funcionários e colaboradores despedidos queixam-se de regras que “ignoram” o capital humano e alguns já se fazem às ruas da capital. Sindicato coloca-se do lado dos trabalhadores, apontando alternativas que evitam o despedimento, mas banco responde que age “nos limites da Lei”. Pág. 10

FRANCISCO PINTO LEITE, DIRECTOR-GERAL DA ITA

“A Angola Cables tem preços 10 vezes mais caros do que o mercado internacional”

Págs. 4 a 6



Huawei apresenta IDEAHUB ao mercado

Pág. 25

OPINIÃO

Rodrigo Ribas, Manager EY, Assurance Services

Teletrabalho veio para ficar e as empresas tornam-se 'hubs'

Pág. 16

ANGOLA-CHINA

Trocas comerciais recuam 40 por cento

As trocas comerciais entre Angola e a China recuaram cerca de 40% para 10,8 mil milhões de dólares, entre Janeiro e Agosto de 2020, face ao mesmo período de 2019, de acordo com dados das alfândegas do país asiático consultados pelo VALOR. Pág. 8

PROJECTO FICOU 'ENCALHADO' DESDE 2011 SEM JUSTIFICAÇÃO

Sonangol avança com centro de investigação por pressão da Noruega

Pág. 11

Editorial

ATÉ AO PRÓXIMO CASO

A cada dia uma evidência. A subjugação da justiça ao poder político também se manifesta pela conciliação de agendas. Cada vez de forma mais descarada, mas as lições vêm de passado. José Eduardo dos Santos gostava de fazer casar viagens ao exterior com factos que produziam algum tipo de agitação internamente. João Lourenço, pelos vistos, aprendeu bem a lição e aposta tudo em superar o mestre.

No seu tempo, o casamento entre a agenda política e a da justiça é de tal intimidade que as fronteiras entre os dois poderes se desfazem sem disfarces. Entre todas as provas, que o confirmem os juízes que, pela primeira vez, se declararam paladinos do combate à corrupção.

Os propósitos deste casamento, entretanto, não se confundem. Uma vez é para endossar narrativas. Foi assim, por exemplo, aquando da prisão de Augusto Tomás e 'Zenu' dos Santos. Na altura, Lourenço viajou aos Estados Unidos para dizer que, em Angola, já havia presos por corrupção. Outras vezes é para criar distrações úteis. É assim, por exemplo, com o 'caso Dino e Kopelipa'. Na semana em que a sociedade saiu à rua para exigir o afastamento do director do gabinete do Presidente, a Procuradoria-Geral da República decidiu chamar dois dos mais poderosos generais de José Eduardo dos Santos. Manuel Hélder Vieira Dias e Leopoldino Frago do Nascimento

foram constituídos arguidos e devem ser ouvidos amanhã, terça-feira, 6, na Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal (DNIAP). Nada que crie espanto. Pela sua associação a vários negócios supostamente financiados com recursos públicos, mas sobretudo pela sua proximidade a José Eduardo dos Santos, Dino e Kopelipa não teriam dúvidas de que aguardavam apenas pela sua vez. Do confisco de activos à deslocação à PGR, na condição de arguidos, era uma questão de tempo. E os homens de João Lourenço, transformando-os numa tentativa de distração, não perderiam a oportunidade de usá-los no momento certo. E a altura certa é esta em que a sociedade exige a cabeça de Edeltrudes Costa.

Contudo, há o risco de o tiro sair pela culatra. Ao que os factos indicam, a introdução de Kopelipa e Dino na agenda mediática, por muito sonantes que sejam estes dois nomes, não desviou o foco da sociedade quanto ao 'caso Edeltrudes'. Os apelos para que João Lourenço o afaste do seu gabinete multiplicam-se de todas as formas. E as razões são perceptíveis. Apesar da responsabilidade política

e ética de João Lourenço, enquanto decisor que entregou os contratos públicos a Edeltrudes Costa, exigir a renúncia do Presidente é uma atitude irrealista. A solução prática passa então pelo beneficiário dos contratos. Por conta e risco de Edeltrudes e do próprio Presidente, o chefe do gabinete de João Lourenço é agora, até prova em contrário, o teste maior à seriedade da campanha de moralização do Estado. Para dentro, mas também para a comunidade internacional para a qual, aliás, o governo de João Lourenço faz questão de dirigir especial atenção com a sua cruzada. É esta a razão de fundo que faz com que a sociedade não se distraia.

Para o exterior e para a crítica interna esclarecida, o 'caso Edeltrudes' coloca o combate à corrupção e à impunidade numa simples equação aritmética. Se for afastado, o Presidente credibiliza-se. E se o fizer, em nome do casamento de agendas, vai decidir antes de se deslocar ao Parlamento para abrir o novo ano legislativo. Seria mais do que oportuno. Se o mantiver, os resquícios de dúvidas desaparecem e João Lourenço cai em total descrédito. Isso, claro, até ao próximo caso.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao;

comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



NAVITA NGOLO,

segunda vice-presidente do Grupo Parlamentar da UNITA,

Esta semana, a Unita chamou a imprensa para fazer um balanço desde a realização das primeiras eleições gerais em Angola. Qual foi o propósito? A intenção foi assinalar os 28 anos desde que Angola conheceu as primeiras eleições gerais. Nesta conferência de imprensa, tivemos vários pilares entre os quais a questão da corrupção, porque sempre defendemos que até hoje este combate tem sido selectivo.

Porquê?

Porque, de um lado, há indícios fortes de pessoas ligadas ao actual Presidente da República que são denunciadas e que não deixam dúvidas da sua ligação à alta corrupção, mas que estão no gabinete do Presidente. Alguns são consultores, são assessores, uns são padrinhos e outros afilhados.

Porque é que se deve acreditar que com a Unita no poder será diferente?

A Unita controlou uma parte do país durante muitos anos e explorou recursos naturais. A fiscalização, a ética e a consciência de que estávamos no processo de revolução, a servir a pátria, fez com que alguém pudesse andar, por exemplo, com uma mala de milhões de dólares, sair de um sítio para entregar a outro sem saber o que é que tinha.

29

TERÇA-FEIRA

A ministra das Finanças, Vera Daves, afirma que o Executivo está “a acompanhar de perto” o tema das subvenções aos combustíveis, prometendo encontrar “a melhor solução” face ao “momento social que se vive”.

30

QUARTA-FEIRA

A Sonangol anuncia, em comunicado, que vai construir um centro de investigação científica e inovação para ajudar a identificar projectos estratégicos para a empresa.



SEGUNDA-FEIRA

A mineira australiana Pensana Rare Earths anuncia que o Fundo Soberano de Angola vai investir mais de 8,6 milhões de dólares no projecto de pesquisa de metais preciosos em Longonjo, no Huambo.

31

QUINTA-FEIRA

Entra em circulação a nota de 1000 kwanzas, a terceira da Série 2020 a estar disponível, depois das notas de 200 e 500 kwanzas.



32

SEXTA-FEIRA

O Presidente da República reformula o conselho de administração do BDA, liderado por Henda Essanju Inglês, que vai assumir o cargo de presidente executivo da instituição, sendo substituído por António Sozinho, como PCA, mas este na qualidade de não executivo.



26

SÁBADO

O especialista em petróleo e gás Patrício Quingongo entende que a decisão da retirada da subvenção trará consequências socioeconómicas muito negativas, para o actual contexto.



27

DOMINGO

O vice-governador de Malanje para o sector Político, Económico e Social, Domingos Eduardo, defende a participação da classe empresarial na criação de serviços de apoio às zonas turísticas, para impulsionar e rentabilizar a actividade.



COTAÇÃO



PETRÓLEO ANIMA COM RECUPERAÇÃO DE TRUMP...

O petróleo começou a semana com os preços a subir, influenciado principalmente pelas notícias de recuperação de Donald Trump, após fechar a semana anterior com uma queda de mais de 4%. O Brent, referência às exportações angolanas, subiu mais de 5,7%, ao negociar a 41,52 dólar. Enquanto o WTI, aumentou mais de 6,3%, ao negociar a 39,38 dólar.



OURO E PRATA EM ALTA...

A mesma tendência teve o ouro e a prata. O ouro iniciou a semana a subir 0,59%, ao negociar as entregas para Dezembro a 1.918 dólar por onça troy. A prata negociou as entregas para o mesmo período a 24,5 dólares por onça troy, correspondente a ganhos de 2,07%. No sentido contrário, esteve o cobre, as entregas para Dezembro negociaram a 2.961 dólares por libra-peso, representando perda de 0,54%.

Entrevista

FRANCISCO PINTO LEITE, DIRECTOR-GERAL DA ITA

“Angola Cables taxa em dólares e nós, operadores, não podemos”

Com mais de 30 anos de experiência nas telecomunicações, Francisco Pinto Leite acredita que, apesar das adversidades e de a economia nacional ainda ser incipiente, a curva vá mudar para o positivo. Critica o monopólio da Angola Cables. Culpa-a por ter preços, sempre indexados ao dólar, que determinam o preço alto das telecomunicações em Angola. E admite entender a subida de preços da Movicel.

Por Isabel Dinis

Que caminhos é que as empresas tecnológicas têm trilhado com a economia em crise?

As empresas de tecnologias requerem alguma intensidade de importação de tecnologias, porque não somos produtores de tecnologias. Estamos a falar não só de produtos, mas também de serviços, como os operadores de televisão. Grande parte dos conteúdos de televisão hoje é importada. E entra no grupo de serviços. Isso é um grande desafio porque o actual cenário de desvalorização do sector

regulador tributário, com as novas leis tributárias, não ajuda muito. Nas telecomunicações, o imposto industrial passou para 35%, enquanto nos outros sectores passou de 30% para 25%. A taxa de retenção na fonte para invisíveis, serviços como segmento espacial, satélite, conteúdos de televisão, consultoria e etc., passou de 6,5% para os 15%.

Com essa adversidade, foi o momento correcto para a implementação das reformas tributárias?

Não era o momento adequado. No mínimo, temos 10% de perdas de receitas devido aos efeitos directos da pandemia. Este ano, de Janeiro até Outubro, já tivemos 28% de depreciação do kwanza. É muita coisa para as empresas e para os trabalha-



dores. Se não tivermos uma equipa engajada e suficientemente remunerada, isso acaba por afectar a operação e a rentabilidade das empresas. Este ano não seria o momento mais adequado para se tomarem essas medidas.

Quais são as vossas estratégias, com esta pandemia?

A nossa estratégia continua a ser a construção de uma infra-estrutura capaz, com qualidade e de preços acessíveis. A semana passada foi pródiga em algumas ques-

tões relacionados com os preços das telecomunicações em que um dos operadores, a Movicel, foi publicamente quase apedrejado. Mas quem está no sector percebe as razões. Há um comunicado da Movicel que refere que 70% dos custos operacionais e de investimentos são em divisas. É verdade. Os custos operacionais têm que ver com as saídas internacionais que são basicamente definidas por dois operadores. Um é a Angola Cables, que detém o SAT-3, o cabo de fibra óptica. É um cabo com alguns anos e com alguns condicionaisismos em capacidade adquirida pelo mercado interno. O outro operador é da Angola Cables, que detém o segundo cabo submarino que sai da Cidade do Cabo até Portugal. O terceiro cabo também é da Angola Cables. Sai de Angola ao Brasil. Quase todos os operadores estão muito condicionados pela Angola Cables. Paradoxalmente, a Angola Cables é uma empresa nacional e taxa em dólares e nós, operadores, não podemos indexar os nossos preços ao dólar. Os preços praticados pela Angola Cables são exageradamente caros. Estamos a falar em proporções de oito a dez vezes mais caros do que o mercado internacional. E esses preços só são feitos para Angola. Posso dar um dado sem qualquer problema. Uma ligação de 10 gigabytes, de Luanda para Portugal, de qualquer operador internacional posto em Sangano custa 14 mil ou, no máximo, 20 mil dólares. A Angola Cables cobra 200 mil dólares indexados ao dólar e estão todos os operadores a pagar e a população a pagar. E é isso que não se fala nas telecomunicações. Não tenho qualquer problema em falar, porque é a realidade do sector.

E isso impacta até na qualidade?

Isso impacta grandemente nos custos operacionais e até na qualidade de serviços que nós, os operadores, damos aqui. Isso impacta em toda a estratégia de inclusão digital. Este é um facto. Compreendo muito bem o que acontece com a Movicel. São custos operacionais indexados ao dólar. E isso faz com que as empresas tenham uma rentabilidade cada vez menor, porque os preços são dez vezes mais do que no mercado internacional. E isso não é justificável, de maneira nenhuma, pelos custos operacionais em Angola, pela falta de energia, pela segurança nos sites ou por geradores. Se estivermos a falar de uma diferença de 20% ou 30%, ok. Mas estamos a falar em diferenças de 600% ou 800%. Temos falado

“O agricultor de tomate, lá na minha terra, em Kalandula, terá de competir nas mesmas circunstâncias que um agricultor na Namíbia, África do Sul, ou, eventualmente, no Brasil, que utilize tecnologias na produção.”

com o regulador e com outros órgãos do sector. A situação mantém-se e é extremamente visível.

O que é que o regulador diz?

O regulador promete um estudo. Mas não há mudanças deste paradigma. E entendemos que isso só é possível devido ao monopólio que a Angola Cables detém sobre os acessos internacionais. Apesar da regulação das telecomunicações permitir que outros operadores tenham acesso à narração directa dos cabos internacionais, há aqui alguma relutância e algum factor que é incompreensível pelo facto de não haver uma tomada de posição.

A população normalmente olha para aumento de preços. O poder de compra tem baixado. Como se pode salvaguardar a manutenção de serviços neste cenário?

Estamos num mercado em que as reclamações não são tão expostas. E podemos também perder alguns clientes. As reclamações são absolutamente legítimas. Os preços nas telecomunicações têm um componente percentual muito grande ligado à moeda estrangeira. E isso passa por serviços, que incluem conteúdos e tecnologias. Este é um sector de permanente investimento. Aqui podemos olhar mais holisticamente para o sector. Primeiro, com os serviços a passar a retenção na fonte de 6.5% para 15% só aí põe 8.5% de aumento de custos para as empresas. O segundo é que tem de haver uma posição mais clara do regulador relativamente aos preços indexados ao dólar. Todos os meses, as facturas dos operadores sobem. E são indexados ao dólar por uma empresa local. Há uma extrapolação daquilo que são as próprias leis do país, em relação ao comércio, o que devemos fazer em kwanzas. Isso é um facto. Não há como fugir objectivamente. A indexação ao dólar das saídas internacionais e a revisão dos preços praticados pela Angola Cables ou a abertura para outros operadores trazerem o seu tráfego internacional directamente dos cabos submarinos. E abrir assim o tal aspecto da partilha de infra-estruturas e da concorrência. Nas saídas internacionais, não existe um mercado aberto e de concorrência efectiva.

Existe algum operador disposto a investir neste segmento e assim permitir a concorrência?

O Wacs é um consórcio em que participam vários operadores de vários



PERFIL

Eng Francisco Pinto Leite, nascido e criado em Angola, na Gabela, formado em Engenharia Electrónica e Telecomunicações pela Universidade Agostinho Neto, pós-graduado em Gestão de Projectos pela Universidade Católica de Brasília.

Nos mais de 30 anos de experiência profissional, construiu uma carreira sólida e de sucesso no sector das telecomunicações nas empresas por que passou, como Sistec e MS Telcom.

Actualmente exerce a função de Director Geral da ITA, uma multinacional que opera em Angola no mercado das Telecomunicações, o maior operador privado de Telecomunicações para empresas de Angola.

países. E o próprio acordo do consórcio permite que qualquer membro tenha possibilidade de usar uma estação terminal de outro país. Assim como a própria Angola Cables tem terminais, se não estou em erro, na Nigéria e na África do Sul. Porém

o que acontece aqui é que a Angola Cables não permite que outros operadores entreguem serviços a terceiros a partir da sua estação terminal aqui em Luanda, em Cabo Ledo. E isso condiciona obviamente os preços. Indo até um pouco com aquilo que são as próprias regras do consórcio do Wacs. É uma situação 'sui generis', mas é a realidade.

A AGT tem feito muitos contactos e encontros com associações empresariais e empresários. Alguma vez foi dada a oportunidade de as empresas de tecnologias exporem as suas questões em relação às reformas?

Já. E inclusive por via do próprio Ministério das Telecomunicações e Comunicação Social. As empresas já mandaram o seu ponto de vista, inclusive apresentaram algumas propostas. Mas não houve qualquer mudança.

Com tantos desafios, que caminhos?

Além do que vem no ABC de gestão em crise, é acreditar no país. A economia em Angola ainda é muito incipiente. Mas acreditamos que a curva em algum momento vai mudar de sentido. Angola tem um potencial económico muito grande e ainda há bastante espaço, na área de telecomunicações e particularmente nas

infra-estruturas de telecomunicações e transmissão terrestre, para crescer, há mercado. O que oferecemos ainda é muito pouco para aquilo que poderão ser as necessidades do país. Angola não pode crescer se não tiver tecnologias. As tecnologias trazem eficiência e eficácia. E isso são factores diferenciadores na competição e na concorrência. Hoje, quando estamos a falar em concorrência, não estamos a falar apenas em Angola. Para relançarmos a economia, temos de falar em mercados não só interiores, mas também exteriores. Em mercados globais. O mundo é globalizado. E a economia angolana relançada também terá de o ser. O agricultor de tomate, lá na minha terra, em Kalandula, terá de competir nas mesmas circunstâncias que um agricultor na Namíbia, África do Sul, ou, eventualmente, no Brasil, que utilize tecnologias na produção.

É a hora de as empresas angolanas começarem a pensar global e não apenas internamente?

Não vejo alternativa. Angola, por mais que queira, não conseguirá bloquear as fronteiras aos produtos e serviços do exterior. Obviamente, que poderá aumentar as taxas alfandegárias e dar incentivos fiscais aos produtores nacionais. Isso é correcto.

Mas agora, como aconteceu com alguns produtos da cesta básica, bloquear por decreto a importação de produtos, não conseguiremos fazê-lo por muito tempo, por causa dos acordos bilaterais e multilaterais na troca de produtos e serviços. Só nos resta um caminho, que é jogar com as mesmas armas dos outros: entrar na revolução 4.0.

Não pensa que, apesar das pressões de alguns gigantes da OMC, o Governo está a agir muito bem e deve arriscar e proteger a sua produção?

Qualquer Estado deve proteger e catalisar a produção interna. Mas isso não deve ser feito por via do bloqueio absoluto da importação. Há outros métodos para nos tornarmos mais competitivos. Um deles é o método das taxas alfandegárias. O outro é o crédito aos produtores nacionais e incentivos fiscais. Há uma série de métodos que fazem com que os nossos produtos se tornem realmente mais baratos e com qualidade suficiente para competirem com produtores internacionais. Porém, percebo um bocadinho o que terá acontecido com esta medida do Governo de bloquear alguns produtos de importação. Provavelmente, foi para quebrar alguns cartéis que condicionam a produção interna e, com interesse na importação, tomam conta de todo o ecossistema. Por exemplo, em cereais como a farinha de trigo ou alguns outros produtos. Parece haver aí alguns interesses um pouco até obscuros e talvez tenha sido isso que levou o Governo a tomar esta medida mais drástica.

Como olha para estratégia nacional de banda larga?

Abstenho-me de comentar directamente a estratégia do Governo. Eu próprio fico confuso de saber qual essa estratégia de banda larga. Não conheço nenhum documento mais concreto sobre essa estratégia a não ser o que vem no livro branco das telecomunicações.

Há demasiadas críticas de alguns operadores em relação ao estado da rede nacional de fibra óptica. O que pode ser feito para melhorar a rede?

A rede nacional de fibra óptica foi construída alinhada com a construção das estradas. Os dois factores tiveram influência. O primeiro foi não se ter partilhado infra-estruturas de telecomunicações. Se for até

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

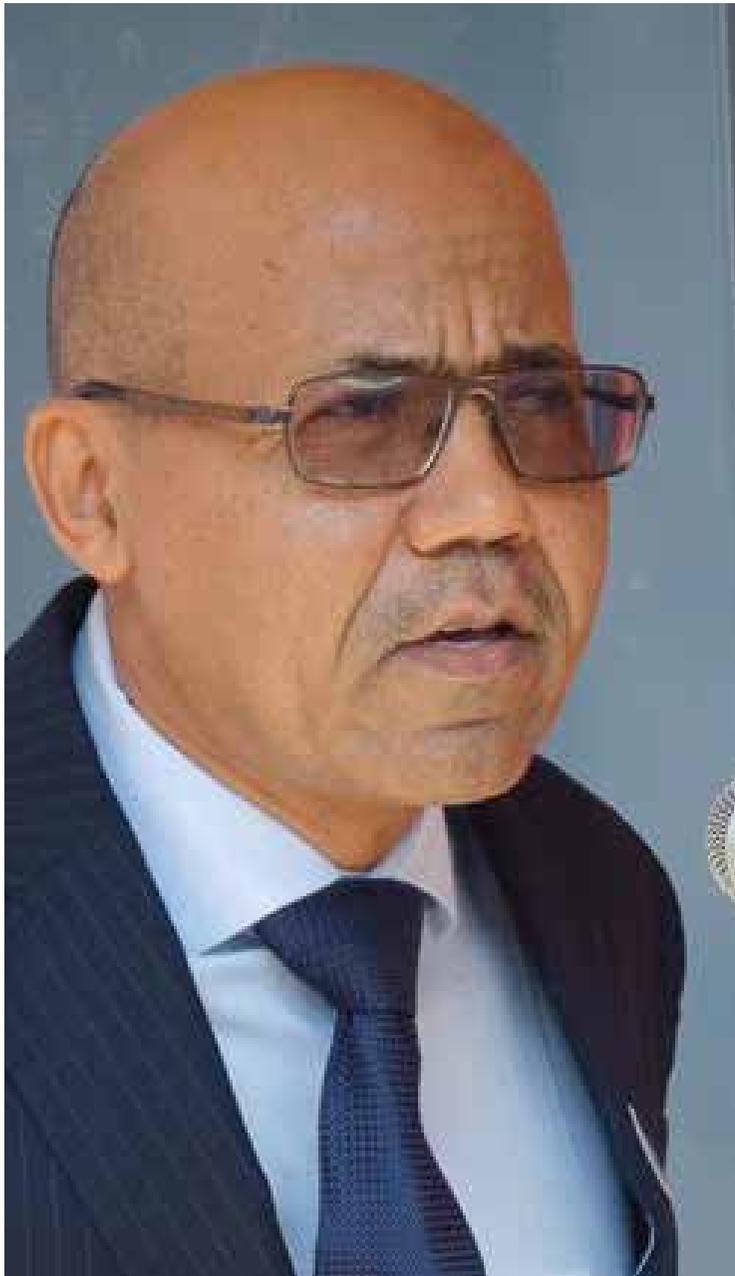
Benguela, vai perceber que todos os operadores estão do mesmo lado da estrada, todos levam fibra óptica. Se houver um desabamento de terra, rompe com a fibra óptica de todos os operadores. Se tivesse havido uma visão mais global, na construção desta infra-estrutura nacional, poder-se-ia ter um operador de um lado da estrada e outro ter-se-ia consignado outra trajectória de modo a formarmos autênticas redes no país. Não foi feito. Agora começa-se a falar mais incisivamente da partilha de infra-estruturas e isso vai provocar duas coisas: vai fazer com que mais rapidamente os operadores expandam as redes e que essas redes se tornem complementares umas das outras. Formando redes redundantes. Já está legislado em decreto presidencial, mas ainda faltam alguns aspectos do ponto de vista regulamentar. Essa lei tem de ser melhor regulamentada para que a efectivação prática tenha os resultados que todos esperam.

Esse decreto da partilha de infra-estruturas já existe há algum tempo. Que caminhos concretos é que deviam ser trilhados para que isso se efective?

Espero que as coisas andem neste quesito e comecem a fluir. Agora fala-se mais e existem mais intenções. Existem algumas acções muito incipientes. Mas provavelmente o passado recente de monopólios nas telecomunicações tenha levado a que o decreto presidencial, de 2014, não tenha avançado. Há avanços e recuos. Em algumas áreas, há a abertura de partilha, mas, em outras, há um sentido inverso, de tornarem menos partilhadas algumas infra-estruturas.

A que se refere quando fala de avanços e recuos?

Alguns avanços, e que já se começa a ver por parte do regulador, são um acompanhamento mais de perto dos novos projectos e a possibilidade desses novos projectos, independentemente do investidor, serem partilhados. Hoje, o operador já requer que estes projectos passem pelo Inacom e seja feita uma consulta a outros operadores para a partilha. O próprio Inacom incentiva a partilha de infra-estruturas. Mas estamos a falar das nacionais. Nas saídas internacionais, ainda existe bastante relutância.



Como está a relação da ITA com o regulador?

A nossa relação é ótima. Não podia ser de outra forma. Cumprimos integralmente o estipulado. Participamos em eventos realizados pelo operador. Damos o nosso parecer em diferentes temas. Pode não ser 100% consensual, mas é boa.

A pandemia trouxe muitos desafios para as empresas. O que é que mudou na estratégia da ITA?

A pandemia afectou a economia no seu todo. No nosso portfólio, como aviação, turismo e mesmo do óleo e gás, os nossos clientes cancelaram ou reduziram substancialmente os serviços de telecomunicações devido à redução drástica das actividades. O efeito da pandemia sobre a economia teve um efeito muito particular no negócio em que a ITA está inserida, que é o segmento empresarial. Também é verdade que a pandemia trouxe outras oportunidades devido à necessidade de algumas organizações e empresas ficarem ligadas.

Há avanços e recuos. Em algumas áreas, há a abertura de partilha, mas, em outras, há um sentido inverso, de tornarem menos partilhadas algumas infra-estruturas.

Porém, entre ganhos e perdas, tivemos um impacto negativo. Tivemos aproximadamente 10% de perdas de receitas por efeito directo da pandemia. Os desafios não se cingem apenas ao negócio, mas também a operação das empresas. Apesar de os serviços das telecomunicações estarem no grupo de serviços essen-

ciais, o confinamento também condicionou a circulação das equipas pelo país, a vinda de especialistas e a importação de equipamentos o que resultou em alguns problemas operacionais em alguns projectos.

Fizeram planos de contingência?

Sim. Fizemos planos de contingência e de continuidade do negócio. Tivemos de garantir na operação de empresas e distribuição de 'stocks'. Por exemplo, tivemos de rever o portfolio de projectos nesta fase e renegociar contratos para acomodar a continuidade de serviços dos nossos clientes. É um momento desafiante e continua ainda a ser.

Diz-se que as empresas de tecnologias são as que mais lucram com a pandemia. No caso da ITA, é o contrário?

Se olharmos pelo contexto geral, talvez não tenhamos sido o sector com maior afectação negativa. Mas no geral houve. Temos contactado outras empresas do sector e houve redução de receitas. No caso da ITA, temos um segmento de mercado que é o empresarial e apesar de as empresas terem passado a fazer muito trabalho remoto, o negócio diminuiu. Na banca, o facto de ter muito pessoal a trabalhar remotamente tirou-nos grande parte de tráfego naquilo que é o 'core' da rede. É aí onde está o nosso negócio. Dei uma primeira estimativa de 10%, mas poderá chegar aos 12% de perda de receitas até ao final do ano.

Quais são os vossos planos daquilo que foi a estratégia inicial até ao final do ano?

A ITA tem uma estratégia muito clara. Estamos no mercado há 15 anos. Começámos com 'internet service provider' e hoje somos um operador de multisserviços que nos permite fazer de tudo, com excepção da telefonia móvel. O grande salto da nossa empresa foi justamente em 2014, quando passámos 'ISP' para operador. Foi quando começámos a investir na rede nacional. O 'ADN' da ITA é de contínuo reinvestimento mesmo em situações não muito favoráveis do ponto de vista da economia. O alarme da crise foi dado em 2014 e foi justamente aí que começámos e continuamos a apostar. Isso levou a alguma experiência em lidar com situações adversas. E é isso que estamos a fazer. Ajustamos o nosso 'portfolio' de projectos. Este ano, gostaríamos de ter a cobertura do país inteiro em transmissão terrestre e ainda não a temos.

Eventualmente, se não tivéssemos tido alguns condicionalismos da pandemia, estaríamos a completar a cobertura total em transmissão terrestre.

Não vamos conseguir, porque a pandemia trouxe atrasos na importação de equipamentos. O próprio sistema bancário também se tornou mais lento nos pagamentos para o exterior. Faremos mais uma província eventualmente este ano. Que poderá ser Kuando-Kubango. Mas as do Leste ficarão para o próximo ano.

Como é continuar a investir com uma economia em recessão, quando muitas empresas fecharam e continuam a fechar portas?

É um exercício de alguma arte. Mas acreditamos em Angola. Somos uma empresa de capital 100% privado. Os investimentos têm sido de constantes reinvestimentos. Adoptámos uma estratégia de contenção de custos, de investimentos assertivos. Temos conseguido investir com bastante eficiência e eficácia. Conseguimos fazer com pouco e atingir os nossos objectivos. Investimos, por exemplo, na expansão da nossa rede pelas províncias, em transmissão nacional tanto em micro-onda como em fibra óptica. Hoje, temos uma cobertura do país desde Massabi até ao Namibe, no interior, apenas com excepção do Leste. E isso fez com que hoje sejamos uma referência no mercado e até tivéssemos aberto outro segmento que é do transporte de tráfego de outros operadores. Isso tem feito suportar o nosso negócio num momento de bastante retracção da economia.

Quanto é que já foi investido até agora pela ITA principalmente na expansão da rede?

Grosso modo temos vindo a investir anualmente acima dos 15 milhões de dólares. O ano passado, investimos na construção de um data center que é seguramente o maior de Angola e um dos maiores da África Austral. Os nossos investimentos anuais oscilam entre os 15 e 20 milhões de dólares.

Como estão os planos de internacionalização?

Prestamos alguns serviços a alguns clientes fora do país por satélite. Mas também somos parte integrante de um grupo de telecomunicações em África que é a Paratus, parte integrante e fundadora deste grupo, que tem presença, além de Angola, na Namíbia, Zâmbia, Botsuana, África do Sul e Moçambique.

KWANZA

SÉRIE 2020

A NOVA NOTA DE 1000 KZ JÁ ESTÁ EM CIRCULAÇÃO

CONHEÇA AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS



Anverso



Reverso



1 Janela Iridescente

A janela tem a forma da escultura “o Pensador” e inclui o valor nominal da nota bancária.

Colocada sobre um fundo escuro, os detalhes e o valor da nota ficam visíveis. A janela em si muda para um brilho ligeiramente dourado.



2 Microtexto

Hino Nacional de Angola em microtexto.



3 Marca para Invisuais

Uma impressão com relevo permite a identificação das notas com percepção táctil.



4 Impressão em Relevo

Impressão com tinta em relevo que gera uma percepção táctil típica para notas bancárias.



5 Tinta com efeito óptico

Janela com um elemento no formato do instrumento Kissange impresso com tinta especial.

Ao inclinar a nota ocorre um efeito dinâmico de um padrão geométrico e a cor muda de verde para azul.

Novas Notas de Kwanza Inovadoras, Resistentes e Muito Mais Seguras.

As notas actuais continuam a ser aceites.

Para mais informações consulte o website do bna www.bna.ao
ou contacte através de comunicacao@bna.ao ou do n.º: +244 222 679 226



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Economia/política

NO PERÍODO JANEIRO/AGOSTO

Trocas comerciais entre Angola e China recuam 40%

COMÉRCIO BILATERAL. Vendas, garantidas essencialmente pelo petróleo, recuaram 40,8%. E entre os três maiores vendedores da lusofonia, apenas Angola registou quebras nas exportações para a China.

Por Redacção

As trocas comerciais entre Angola e China recuaram cerca de 40% entre Janeiro e Agosto de 2020, comparativamente ao mesmo período de 2019, passando de 17,9 para 10,8 mil milhões de dólares, de acordo com dados das alfândegas do país asiático consultados pelo VALOR.

Neste período, as vendas angolanas, baseadas essencialmente no petróleo, foram de pouco mais de 9,8 mil milhões de dólares, registando-se uma redução de 40,8% face aos cerca de 16,7 mil milhões vendidos no período homólogo.

Apesar da redução nas vendas, Angola permanece como o

segundo maior vendedor da China entre os lusófonos, depois do Brasil que, no período em análise, vendeu mercadoria de 54,5 mil milhões de dólares como resultado de um aumento de 5% face ao mesmo período de 2019.

Portugal foi o terceiro maior vendedor com mercadoria cerca de 1,6 mil milhões de dólares. Ou seja, entre os três maiores vendedores da lusofonia, apenas Angola registou quebras nas vendas para à China.

Em relação às vendas globais do continente africano para o país asiático, registou-se uma queda de 27,7% para pouco mais de 47 mil milhões de dólares, representado cerca de 3,7% das compras chinesas que foram de cerca de 1,3 biliões de dólares, 56% das quais garantidas pelo próprio continente asiático. De resto, o continente africano é o menos



9,8

Mil milhões de dólares, vendas angolanas baseadas no petróleo.

representativo entre os vendedores, enquanto a Europa é líder fora do continente asiático, tendo garantido 17,9% da mercadoria comprada pela China.

Por seu turno, as importações angolanas foram de pouco mais de 981 milhões de dólares, uma redução de 294 milhões de dólares ou 23% quando comparado com as compras no valor de 1,3 mil milhões realizadas entre Janeiro e Agosto de 2019. Com a esta redução Angola perdeu a con-

dição de terceiro maior comprador da China para Moçambique que, no mesmo período, comprou 1,2 mil milhões de dólares.

Já o Brasil se manteve a posição de mais importante mercado lusófono da China com compras no valor de cerca de 19,9 mil milhões de dólares como resultado de uma redução de 9,2%. Seguiu-se Portugal com cerca de 2,7 mil milhões de dólares como resultado de uma redução de 7,9% face ao período homólogo.

AVISO DO BANCO MUNDIAL

“Investimento só com factor humano”

Jean-Christophe Carret, diretor do Banco Mundial (BM) para Angola, RDC e Burundi afirmou, nesta segunda-feira, no final da visita a Luanda, que a atracção de investimento passa por uma séria aposta nas pessoas. “Se o país quer crescer e diversificar a economia, não precisa apenas de estradas, bar-

ragens e energia eléctrica. Precisa de investir em pessoas a trabalhar nestes sectores, aquilo que chamamos de capital humano”, defendeu o executivo.

Relativamente aos projectos financiados pelo BM e à carteira de investimento, Jean-Christophe Carret observou que o Executivo

quer diversificar a economia e quer fazer duas coisas. “A primeira e que discutimos foram as reformas que tem em marcha, como melhorar o clima de negócio em Angola, e a segunda, que também foi pensada estrategicamente, é que sectores o Governo deve melhorar e expandir”, precisou.

Abordando a subvenção dos combustíveis, o responsável foi informado de que “o Governo está a pensar em remover as subvenções”, contudo reafirma a posição do BM, de “ajudar o Governo para fazer as reformas e, ao mesmo tempo, acautelar possíveis impactos, sobretudo proteger os interesses dos mais pobres”.

“Sabemos que Angola não deve depender de uma economia petrolífera. O país tem uma visão clara daquilo que quer fazer. Logo, quando um país tem uma visão clara sobre o quer fazer, para o BM é mais fácil prestarmos a nossa assistência”, indicou ainda Christophe Carret, que disse ter vindo à capital angola-

na, “para inteirar-se dos constrangimentos que os beneficiários dos projectos entendem ser superados e quais as expectativas da parceria entre o Governo angolano e o BM”.

FORA DA IDA

Entretanto, Angola já não vai beneficiar de parte dos 50 mil milhões de dólares disponibilizados pela instituição. O banqueiro informou que o montante será alocado aos países da International Development Association (IDA), ou seja, os mais pobres. “Neste momento, Angola já não figura na lista dos países da IDA, sendo que é de rendimento médio alto, e, por isso, já não faz parte”, esclareceu.

AS INTENÇÕES DE INVESTIMENTO em Angola registam redução de 39%, de acordo com a Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX). Este ano foram recebidas apenas 67 propostas, contra as 109 de 2019.

CONSELHEIROS DE JOÃO LOURENÇO

Carlos Cunha antecipa que CES não esvazia o GTE

ORGÃOS. Os argumentos divergem quanto à eficácia do esquema de funcionamento do Grupo técnico empresarial (GTE), com a criação do Conselho económico e social (CES). Ao VALOR, coordenador do GTE garante que nada pode pôr em causa as duas entidades.

Por Júlio Gomes

O facto de alguns dos integrantes do CES fazerem parte do GTE, que também é uma espécie de órgão de consulta, lança algumas incertezas, quanto ao papel deste e do novo órgão criado pelo Presidente João Lourenço.

As opiniões estão desencontradas quanto à eficácia do funcionamento de ambos os órgãos, mas, ao VALOR, o coordenador do GTE, Carlos Cunha, refere que nada poderá pôr em causa tanto o CES como o GTE, porque a última “é uma plataforma empresarial que representa o empresariado”.

Carlos Cunha descarta qualquer esvaziamento do propósito para o qual foi criado o GTE, salientando que “o CES pode colocar algumas questões ao GTE, que serão trabalhadas com mais profundidade e com suporte”.

Quem concorda é o empresário Domingos David, para quem o CES tem “uma grande importância na formulação de ideias para a tomada de decisões mais realistas”.

Socorrendo-se do exemplo norte-americano, o vice-presidente da Confederação Empresarial da CPLP, Eliseu Gaspar, admite igualmente que “as duas entidades se complementam



Carlos Cunha
empresário

tal como nos Estados Unidos” e, por isso, “não vão colidir nos propósitos”.

Mas João Gonçalves presidente da Associação de hotéis, restaurantes e similares de Angola (Ahoesia) desvaloriza estas iniciativas, argumentando que a solução para os problemas da

produção nacional e do desenvolvimento não passa pela criação de comissões, mas, antes, pela busca de estratégias de inclusão. “A solução passa, em primeiro lugar, pela inclusão de todas as pessoas, porque as decisões nunca se reflectem no plural. Aliás, se não fossem os campo-

neses, que, mesmo com dificuldades produzem, já estaríamos há muito a morrer de fome nas cidades”, observa, acautelando que “espera para ver, porque, neste país, as decisões tardam a reflectir-se na prática”.

Por sua vez, o empresário Fidelino Queiroz considera que, antes da criação do CES, João Lourenço devia criar uma comissão de ética a nível do Governo para disciplinar e pôr a funcionar a função pública, que, na sua óptica, “tem custos muito elevados e, por isso, só atrapalha o desenvolvimento”. E sobre o novo órgão, não esconde as reservas. “Estavam cá fora e nunca foram ouvidos, agora que estão dentro desse órgão é que as suas opiniões serão aceites?”, questiona, acrescentando que “esta é só mais uma forma de legitimar as decisões do Executivo e reduzir a intervenção pública desses agentes”.

ESPECIALIDADE MACROECONÓMICA

O Conselho Económico e Social é órgão de reflexão de questões de especialidade macroeconómica, empresarial e social, que está à disposição do Titular do Poder Executivo para efeitos de consulta de matérias do interesse dos seus estatutos.

Enquanto órgão autónomo, o CES não integra a administração pública e dele fazem parte 45 membros indicados por João Lourenço.



USD 47 MIL PARA PME

PDAC com regras mais ‘apertadas’

Empresas que acederem ao financiamento do ‘Projecto para o desenvolvimento da agricultura comercial’ (PDAC), a ser implementado a partir de 2021, deverão apresentar, entre outros requisitos, o histórico de produção de, um mínimo, de três anos, legalização da área de produção e contabilidade organizada. Segundo Pedro Canga, que coordena o PDAC, em Malanje, cada empresário agrícola poderá receber do projecto 47 mil dólares reembolsáveis num horizonte de três anos.

“Do financiamento, 50% será assumido pelo PDAC, 40% pela banca e os restantes 10% ficarão por conta dos promotores de cada projecto”, avisou Pedro Canga, sendo que a iniciativa vai privilegiar a revitalização de pequenas e médias empresas (PME) e cooperativas ligadas principalmente à produção de milho, soja, feijão, café, ovos e frangos.

O PDAC dispõe ainda de 2 milhões de dólares de apoio às despesas das pequenas e médias empresas em despesas e investimentos relacionados com as medidas de saúde para a adaptação à covid-19, ao passo que há para as cooperativas um milhão de dólares para o mesmo fim.

Para além de Malanje e Cacuso, o PDAC abarca também o Kwanza-Sul, e Kwanza-Norte. No total, serão disponibilizados 230 milhões de dólares, para a revitalização paulatina de projectos agrícolas e pecuários.

Mercados & Negócios

PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO APROVADO EM FEVEREIRO

Critérios de despedimentos geram contestação no BPC

BANCA. Processo de reestruturação do banco estabelece regras de dispensa que “ignoram” o capital humano, segundo vários trabalhadores do banco detido por capitais públicos. Administração responde que tem estado a operar “dentro dos limites da Lei”.

Por Maya Ortença Jr.

Funcionários do Banco de Poupança e Crédito (BPC) de vários escalões queixam-se dos critérios de despedimentos definidos pela administração de António André Lopes, apontando “injustiças” que levam à dispensa de técnicos mais qualificados em benefício de colaboradores menos experimentados.

Renda excessiva, degradação do imóvel, falta de rentabilidade e proximidade entre centros de negócios são os quatro critérios na base da contestação de directores, gerentes, gestores e balconistas, para os quais as regras de despedimento “ignoram pura e simplesmente” o capital humano. “Há um lema que se criou aqui dentro que diz ‘no sítio errado, na hora errada’. Ou seja, o banco não teve a preocupação de definir critérios baseados no mérito dos colaboradores, preferiram simplificar pelo critério da agência”, explica

o gerente de um balcão no centro de Luanda, que detalha com um exemplo. “Um subgerente com 15 anos de carreira, competente e sem um único processo disciplinar é despedido, simplesmente porque trabalha numa agência abrangida pelos critérios, quando deveria substituir um técnico menos qualificado num outro centro de negócios qualquer.” Outro funcionário (director) é sarcástico: “não sei francamente que livros de gestão andam a ler estes nossos gestores. Como é possível adoptarem regras que valorizam as agências em detrimento do capital humano?”

Fonte oficial do banco explica ao VALOR, que o redimensionamento do capital humano inclui iniciativas que vão desde as reformas por idade e tempo de serviço às reformas antecipadas, sem deixar de lado o outsourcing de processos não core e a rescisão por mútuo acordo. Inclui ainda “a rescisão por extinção de posto de trabalho, derivada do plano de encerramento de pontos de atendimento que não geram rendimentos suficientes para cobrir os seus custos operacionais”, acrescenta o banco, confirmando um dos critérios



avanzados por vários funcionários ao VALOR, alguns dos quais já despedidos.

Sublinhando que a sua principal missão é eliminar os “factores que exponenciam o risco de falência”, a administração do banco declara que tem estado a operar dentro dos limites da Lei da Geral de Trabalho”. E, face ao “momento difícil” da economia, desenhou um pacote

de compensações e benefícios “que vai além das indemnizações previstas na Lei”. A ideia, insiste a instituição, passa por “perspectivar a reintegração no mercado de trabalho dos trabalhadores abrangidos neste processo”, atenuando os “efeitos negativos” da reestruturação do banco. “Este pacote prevê, entre outras medidas, uma compensação de mais 25% acima do

previsto por Lei, formação profissional para os colaboradores, perdão de dívida de crédito até 25 milhões de kwanzas e possibilidade de acesso a um financiamento de até 10 milhões de kwanzas para início de actividade”.

Nenhum dos funcionários ouvidos pelo VALOR confirmou, entretanto, os benefícios. “Faço parte do primeiro grupo de despedidos, não sei de um único colega que tenha beneficiado de crédito e eu, particularmente, continuo com dívida no banco. Não beneficieei, portanto, até agora do perdão da dívida”, relata um gestor. “Quanto ao crédito, receio que não teremos privilégios nenhuns. Seremos tratados como quaisquer clientes, exigindo-nos garantias e colaterais”, antecipa.

CONTESTAÇÃO CHEGA À RUA

O pacote de compensações desenhado pela administração do banco não impediu que determinados funcionários levassem a contestação às ruas de Luanda. Na última semana, ex-colaboradores, em pequenos números, exibiram cartazes, no centro da cidade, exigindo o reingresso no banco. E para quem ainda está no activo, o clima é de angústia e incerteza permanentes, já que qualquer um pode ser despedido a qualquer altura. “O processo está a ser gerido de tal maneira sigilosa que apenas a administração e o director de recursos humanos é que sabem o pessoal abrangido. Agora, vamos ao banco à segunda-feira para trabalhar e podemos sair de lá, a meio da manhã, despedidos”, ilustra um subdirector.

Filipe Makengo, presidente do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários de Angola, coloca-se do lado dos trabalhadores e defende que não há critérios justos. “O único critério justo é não haver despedimentos”, sentencia, criticando a administração do banco por não se preocupar com os custos da sua estrutura de apoio, ao mesmo tempo que aponta alternativas. “O banco deveria negociar com os devedores e seria o suficiente para não despedir trabalhadores”, observa, insistindo que o critério adoptado é “simplesmente o mais fácil para despedimentos”.



A TAAG DECIDIU anular o concurso público para o ingresso de novos 70 assistentes e comissários de bordo, anunciado em Setembro do ano passado.

Mário Mujica © VE



NORTE-AMERICANOS TAMBÉM QUESTIONARAM

Sonangol retoma centro tecnológico que foi alvo de investigação na Noruega

PETRÓLEO: Petrolífera pública recebeu 350 milhões de dólares para a construção do centro, mas ficou vários anos sem avançar com o projecto, provocando investigações internacionais. Agora anuncia a sua construção como se de um projecto novo se tratasse.

Por César Silveira

Questionamentos vindos da Noruega e a possibilidade de reabertura de investigações encerradas em 2017 terão precipitado a Sonangol a tirar da gaveta o projecto de construção do Centro de Investigação Científica e Inovação, de acordo com fonte familiar ao processo.

A petrolífera anunciou, na semana passada, a construção do centro sem fazer menção que se trata de um projecto antigo e que, inclusive, já foi alvo de investigação na Noruega. Em causa, estava a con-

tribuição financeira da petrolífera Statoil (actual Equinor), detida em 70% pelo estado norueguês, para a construção do centro. O processo terá sido interrompido em 2017, mas, este ano, as autoridades norueguesas terão questionado a Sonangol sobre o dossier por notarem que o projecto continuava engavetado.

Fonte da petrolífera garante ao VALOR que foi este questionamento da Noruega a precipitar a decisão da Sonangol de anunciar o projecto. “A Sonangol vai construir, brevemente, um Centro de Investigação Científica e Inovação cujo objectivo será o de assessorar o seu conselho de administração na identificação de projectos estratégicos para a organização no âmbito do desenvolvimento do conhecimento”, anunciou a companhia

como se de um projecto novo se tratasse.

O centro foi projecto em 2011 no âmbito das bases estratégicas para a exploração do pré-sal em Angola. O objectivo passava por desenvolver competências de modo a garantir “a manutenção dos recursos petrolíferos existentes e a descoberta das novas áreas para exploração”.

Na altura, ficou definido que os grupos empreiteiros dos blocos 19, 20, 22, 24, 25, 35, 36, 37, 38, 39 e 40 contribuiriam para a criação do centro. Na sequência, empresas como a norueguesa Statoil, a BP e a Cobalt realizaram as respectivas contribuições. No total, entregaram 350 milhões de dólares à Sonangol, que, entretanto, não avançou com a construção do centro.

2000

Milhões de kwanzas referentes às contribuições efectuadas para a construção do centro

A situação chamou a atenção de algumas instituições internacionais de combate à corrupção, como é o caso da americana Global Witness. Em 2014, esta instituição, durante a cimeira EUA/África, em Washington, usou o projecto como exemplo para exigir maior transparência na relação entre as multinacionais e os governos. “Enquanto os chefes de governos africanos se reúnem em Washington DC para a Cúpula

de Líderes EUA-África amanhã, há uma questão crucial que deve receber atenção: para onde vai o dinheiro dos negócios de recursos naturais – incluindo os USD 350 milhões pagos por empresas listadas nos EUA para um misterioso centro de pesquisas em Angola?”, questionava a organização, que havia pedido explicações à Sonangol, sem que a companhia, entretanto, se pronunciasse na altura.

Por sua vez, o parlamento norueguês de Oslo interrogou, em 2016, o então ministro norueguês de Petróleo e Energia, TordLien, sobre a contribuição da petrolífera Statoil para o referido projecto no valor de 50,6 milhões de dólares. Segundo notícias divulgadas na altura, tratava-se da quarta tentativa da comissão parlamentar para ouvir TordLien e esclarecer os contornos do negócio, que envolve ainda o pagamento de 700 milhões de coroas norueguesas (USD 84,3 milhões) em “contribuições sociais” indocumentadas. No mesmo período, as autoridades judiciais investigavam o caso.

Fonte da Sonangol garante ao VALOR que a referida investigação foi interrompida em 2017, quando a petrolífera converteu os 350 milhões em dólares e passou a enviar extractos, mensalmente, às autoridades norueguesas.

‘DESAPARECIMENTO’ DO DINHEIRO AFASTA FINANCIAMENTO

O VALOR apurou que a falta de esclarecimento, na altura, pela Sonangol, sobre o destino das contribuições financeiras das petrolíferas levou a Giek, agência financeira da Noruega, e a KSure, agência financeira da Korea, a desistirem da intenção de financiarem os dois barcos Drill Ship que a petrolífera pública comprou na Korea DSME, causando embaraços à Sonangol.

De acordo com o recente anúncio da Sonangol, a construção tem início previsto para 2021 e termo em 2022. E será parte de um Pólo de Investigação Científica e Tecnológica a ser criado por iniciativa do Ministério Recursos Minerais e Petróleo, com a colaboração da Agência Nacional de Petróleo e Gás, e operadoras multinacionais tal como a norueguesa Equinor (ex-Statoil). No relatório de 2019, a petrolífera refere ter em depósito bancário cerca de 200 mil milhões de kwanzas referentes às contribuições efectuadas para a construção do centro, incluídos juros.

DE JURE

PCA ESTEVE À FRENTE DO BANCO DURANTE 17 ANOS

Tribunal encontra irregularidades na gestão de Paixão Júnior no BPC

AUDITORIA. De entre outras irregularidades, documento do Tribunal de Contas relata conflitos de interesse e negócios consigo próprio na venda, ao BPC, de um terreno com 3.300 metros quadrados, no Zango 3, de que Paixão Júnior é herdeiro, a 1 milhão e 600 mil dólares.

Por Redacção

Um relatório de auditoria do Tribunal de Contas atribui à gestão de Paixão Júnior no Banco de Poupança e Crédito (BPC) investimentos ruinosos entre 2010 e 2016, noticia o jornal de Angola.

De acordo com o documento do Tribunal de Contas ao BPC, SA, no período 2017-2018, entre os investimentos estão imóveis, terrenos e prejuízos na conversão em moeda nacional de contratos celebrados em moeda estrangeira, cuja taxa de câmbio se revelou desfavorável ao BPC num período de maior pressão cambial, além de conflitos de interesse e negócios consigo próprio.

Ao antigo PCA do BPC, exonerado do cargo a 3 de Outubro de 2016, pelo ex-Presidente José Eduardo dos Santos, depois de 17 anos a dirigir o banco (1999), são atribuídos conflitos de interesse e negócios consigo mesmo na venda ao banco, que geria, de um terreno com 3.300 metros quadrados no Zango 3, no valor de um milhão e 600 mil dólares, uma vez que era herança familiar e Paixão Júnior um dos herdeiros.

O terreno foi vendido pela empresa July & Filhos, pertencente a um irmão de Paixão Júnior.

O preço de 484 dólares por



Paixão Júnior dirigiu o BPC de 1999 a 2016.

484

Dólares, preço de por metro quadrado praticado na venda do terreno e, segundo o relatório, era cinco vezes mais em relação à média dos terrenos no mercado.

metro quadrado praticado na venda do terreno, segundo o relatório citado pelo Jornal de Angola, era cinco vezes mais em relação à média dos terrenos no mercado.

O documento do Tribunal de

Contas esclarece que, depois de ser exonerado, Paixão Júnior autorizou e mandou executar a aquisição à empresa Mazzarati de um terreno de 300 hectares na Barra do Dande, no Bengo, no valor de superior a 40,4 milhões de dólares, não previsto no orçamento.

A aquisição foi feita pelo então subdirector da Direcção Comercial, João Paixão, a 3 de Outubro de 2016. Esta aquisição teve como base um contrato assinado apenas por Paixão Júnior, havendo ilegitimidade na execução, por ser necessária a assinatura de dois administradores para obrigar validamente o banco.



A PGR avisa que a não utilização de máscara facial ou o uso incorrecto "não constituem crime".

ALERTA PGR

Detenção por não uso de máscara é "ilegal"

A Procuradoria-Geral da República declara que é "ilegal" deter ou encaminhar para uma esquadra policial cidadãos sem a máscara facial, já que não se trata de um crime, nem contravenção, mas, sim, de uma transgressão punível com multa.

Devido à covid-19, é obrigatório o uso correcto de máscara facial na via pública, nos espaços fechados de acesso público, nos transportes públicos, na venda ambulante e nos mercados.

Numa nota, o Procurador-Geral da República, Hélder Pita Grós, esclarece que, "tendo tomado conhecimento de que os transgressores, muitas vezes, referenciados como 'detidos' são conduzidos para as esquadras policiais para, a partir daí, pagar a multa, por intermédio de seus familiares, no caso das transgressões administrativas, as

autoridades policiais devem "lavar o auto de notícia e o transgressor tem 30 dias para pagar voluntariamente a multa".

A PGR salienta que a não utilização de máscara facial ou o uso incorrecto, bem como a violação da cerca sanitária, da quarentena, do isolamento domiciliar e outras situações previstas nos decretos relativos à situação de calamidade pública "não constituem crime, nem contravenção, mas, antes, transgressão administrativa punível com multa não convertível em prisão, não sendo, por isso, admissível a detenção ou encaminhamento do transgressor para a esquadra ou ao tribunal para julgamento sumário".

No documento, a PGR realça que a transgressão administrativa é somente punível com multa e solicita aos órgãos do Ministério do Interior que informem as autoridades policiais acerca dos procedimentos que devem observar para estabelecerem a ordem pública em caso de transgressão.

CRISE OBRIGA AEROPORTOS A ADAPTAÇÕES

Aerportos transformados em morgues

AVIAÇÃO. Há aeroportos com túneis de desinfecção por onde passam os passageiros, outros que apostam em robots para minimizar o contacto humano, outros que usam cães que farejam a covid-19 e outros até que vão transformando os seus hangares em mortuários.

Há mais de quatro mil aeroportos espalhados pelo mundo e que possibilitaram mais de nove bilhões de viagens aéreas em 2019, antes da pandemia da covid-19 mudar tudo. Os aeroportos são essenciais para o desenvolvimento das regiões porque contribuem directamente para a mobilidade de pessoas e bens de consumo que possibilitam e alargam a actividade económica,

a prestação de serviços, a actividade industrial e o transporte de cargas. Em 2017, registaram-se mais de 170 mil milhões de USD em receitas da actividade aeroportuária e o crescimento anual rondava em média os 6%, e algumas estimativas apontam para que a aviação e o turismo resultante sejam responsáveis por mais de 330 milhões de empregos e de 10% do PIB global.

A pandemia reduziu, até Abril de 2020, o tráfego aéreo em 90% e mais de 97 mil milhões de USD nas receitas, cerca de 57%. A indústria

corta despesas desesperadamente, mas olha para os governos para que intervenham para a manutenção das estruturas e dos postos de trabalho essenciais, num cenário em que não é possível estimar quando a confiança dos passageiros será restaurada e uma recuperação possível. Muitos aeroportos já contemplam falências e fechos de operações.

Considerado o melhor aeroporto do mundo pelo oitavo ano consecutivo, o Changi Airport, na Singapura, diz que a recuperação da indústria será longa e dolorosa.

A administração cortou salários em 30%, suspendeu operações em dois terminais e a construção de um quinto. No entanto, não é suficiente. Tal como a IATA (Associação Internacional para o Transporte Aéreo), dizem que a testagem da covid-19 à chegada é um desincentivo às viagens porque os passageiros não querem correr o risco de ter de fazer quarentena no destino se o resultado for positivo. No mês passado a IATA pediu o desenvolvimento de testes rápidos e baratos pré-embarque para voltar a restabelecer a conectividade mundial.

Voos e horários limitados

Muitos aeroportos estão a redireccionar operações para assistir a voos de repatriamento, transportes militares e de saúde e essencialmente a focarem-se no transporte de cargas. A maioria limitou horários de funcionamento e funcionários supérfluos e, no norte da Inglaterra, o aeroporto de Birmingham converteu um dos hangares que está próximo de um hospital em mortuário para cerca de 1.500 corpos.

Há alguns a aceitarem marcações para passar a segurança e muitos pedem testes prévios ou criaram áreas de realização de testes in loco. O aeroporto de Hong Kong introduziu robots para fazer a limpeza e lembrar os passageiros das regras de segurança, do uso de máscaras e desinfecção das mãos. Em S. Francisco foram instalados mecanismos de esterilização UV que continuamente limpam escadas e tapetes rolantes e no Gatwick, em Londres criaram-se corredores com detecção de temperatura e desinfecção UV. Na Finlândia o Helsinki-Vantaa tem um programa piloto de testagem com cães que detectam a covid-19 e que encaminham os passageiros para a testagem lá mesmo e, nos EUA, está a ser criado um sistema de acreditação que verifica as condições de higiene e biossegurança dos aeroportos e fornece a informação para o público e autoridades competentes.



(In)formalizando

ALTERNATIVA PARA CRISE DE DIVISAS

Comunidade de Criptomoedas disposta ajudar BNA a criar kwanza digital

TECNOLOGIA FINANCEIRA. Benefícios do kwanza digital incluem o fim da dependência das divisas, que se tornaram escassas em resultado da crise. Facilitação nas transações comerciais em milésimos de segundo é outra.

Por Guilherme Francisco

Os empreendedores digitais, ligados à Comunidade de Criptomoedas, contrariam o argumento de José Massano, governador do Banco Nacional de Angola (BNA), apresentado no webinar sobre 'Inclusão Financeira e Globalização', segundo o qual a implementação e regulamentação das criptomoedas no mercado angolano carece de um estudo em torno dos benefícios e protecção dos usuários ou clientes.

Para Euclides Manuel, fundador do Bitcoin Angola, a preocupação de José Massano é uma "falsa questão", porquanto a nova tendência de troca de moeda "está a provar em todo o mundo a sua eficiência e segurança", sobretudo em países com crise de divisas. O especialista cita o exemplo da Venezuela que, diante das sanções impostas pelos EUA, criou a pró-

pria criptomoeda (petro) com vista a contornar a crise causada pela escassez da moeda norte-americana. Outro caso é o da Nigéria que, recentemente, foi obrigada a regulamentar o bitcoin, face à desvalorização da sua moeda fiduciária perante ao dólar. "Um kwanza digital em forma de stablecoin (moeda estável) seria uma excelente aposta do BNA, porque a mesma stablecoin, apesar de usar a tecnologia blockchain, será diferente das outras criptomoedas em termos de volatilidade.

O seu valor estará atrelado ao kwanza, o que permitiria pagamentos instantâneos mesmo se forem feitos por bancos diferentes", explica, esclarecendo que as transações são feitas em questões de segundos ou minutos, dependendo do fluxo da rede, ao contrário do sistema tradicional, cuja duração é de 24 a 48 horas.

Outro benefício das criptomoedas, elencado pelo jovem empreendedor, é que são descentralizadas, ou seja, não têm nenhuma instituição central ou organização com total poder sobre as mesmas. Em vez disso, são as suas comunidades que controlam e determinam



MEMORIZE

● Criada em 2017, a Comunidade de Criptomoedas, considerada ainda informal, tem cinco mil membros usuários de bitcoin e outras moedas digitais.

o valor, o que corresponde à desburocratização das divisas. "As criptomoedas são globais, não existem fronteiras. Sendo assim, a população angolana poderá usar as mesmas para o envio de remessas no exterior. Na verdade, os angolanos já fazem uso das criptomoedas para pagamentos de bens e serviços no exterior, mas em pequena escala. No entanto, a regulamentação da

tecnologia blockchain permitiria o envio de remessas em criptomoedas em larga escala, algo que já acontece em vários países africanos, como a Nigéria, que tem enfrentado uma certa escassez de divisas nos últimos tempos e tem usado o bitcoin como meio de pagamento de bens e serviços no exterior", exemplifica.

Euclides Manuel observa, no entanto, que a implementação pelo BNA não seria onerosa pelo facto de não ser necessária a criação de uma central de mineração, factor que implicaria a contratação de programadores e compra de computadores de alta capacidade. Quanto à protecção de clientes, assegura ser difícil surgirem unidades falsificadas, já que todas são rastreadas desde a origem.

Valdick Faria, também membro da Comunidade, explica, por seu lado, que as moedas digitais têm custos de transação bastante reduzidos. E considera que a entidade financeira receia optar pelas criptos porque, alegadamente, acabará com o seu monopólio. "Em vez de o Governo controlar o sistema financeiro, serão os usuários, caso se opte por uma blockchain pública", precisa.

Criada em 2017, a Comunidade de Criptomoedas, considerada ainda informal, tem cinco mil membros usuários de bitcoin e outras moedas digitais. No ano passado, fez chegar ao BNA um inquérito sobre os benefícios e seguranças no uso de criptomoedas com a intenção de ajudar na regulamentação do mercado angolano.

BIC NET EMPRESAS

NÃO INTERROMPA O SEU NEGÓCIO PARA IR AO BANCO.

O BIC NET Empresas, permite-lhe fazer a gestão das contas da sua empresa onde estiver e quando quiser através da Internet, de forma rápida, eficaz e totalmente segura, com o sistema de segurança Cartão Matriz que o Banco BIC utiliza.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC

+(244) 923 190 870

Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos Juntos

Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



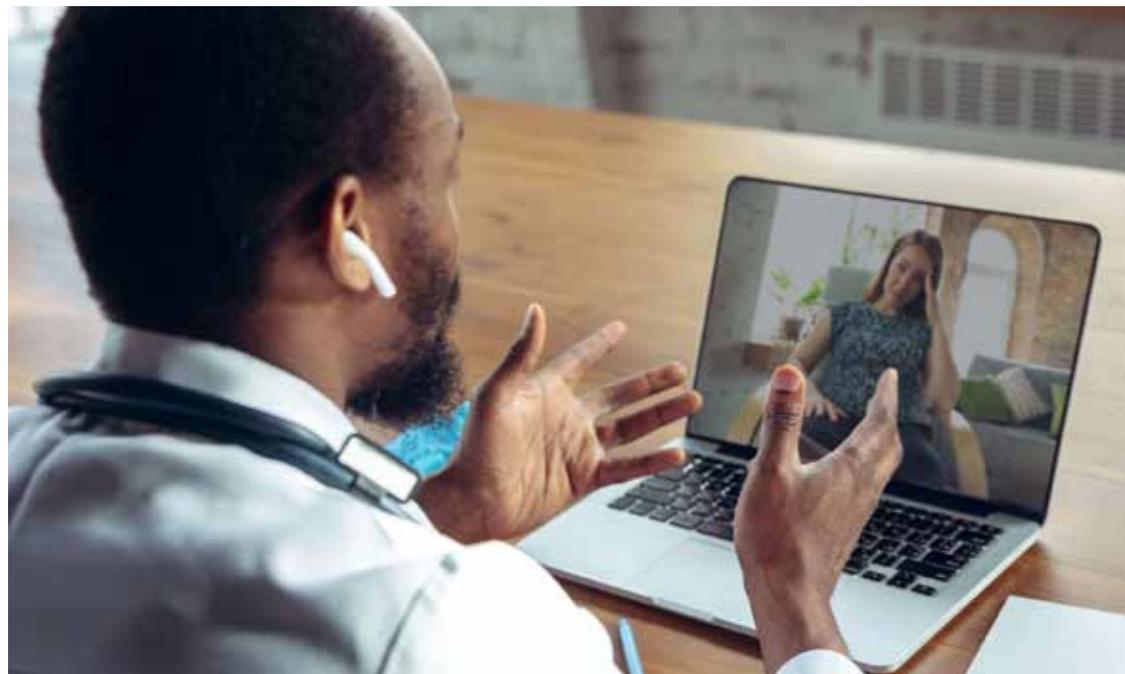
Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



A forma de trabalhar já não é a mesma



Rodrigo Ribas,
Manager EY,
Assurance
Services

O mundo, tal como conhecíamos, mudou. A pandemia da covid-19 criada pelo novo coronavírus veio alterar as nossas rotinas, obrigar a uma nova reorganização dos nossos dias e condicionar a nossa movimentação. À medida que saímos do estado de isolamento, procuramos retornar à normalidade, realizando as atividades que já não fazíamos há algum tempo. Contudo, por receio, insegurança ou mesmo por imposição legal, deixámos de frequentar locais e de fazer coisas que antigamente faziam parte do nosso 'roteiro'.

Agora, por necessidade ou por extrema saudade, retornamos à realidade recorrendo a novos métodos/formas de estar, as quais, inevitavelmente, vêm impactar a nossa vida, quer a nível pessoal, quer a nível

profissional. Não sabemos quanto mais tempo iremos ter de lidar com o vírus e condicionar a nossa vida à sua presença. Sabemos, no final, que teremos de nos ajustar para ultrapassarmos os obstáculos e voltarmos a uma nova normalidade.

Face ao exposto, parece-nos que algumas mudanças vieram para ficar, como, por exemplo, a figura do "teletrabalho". Naturalmente, nem todas as atividades podem ser realizadas recorrendo a este novo 'formato', no entanto, para outras este contexto pandémico veio acelerar e introduzir uma evolução que já era expectável. Para as atividades onde a realidade do 'teletrabalho' é possível, as entidades empregadoras são agora confrontadas com diversos desafios. Por um lado, o distanciamento físico requer uma maior dinamização de iniciativas que visem a manutenção do espírito de equipa, o foco no trabalho e o sentimento de integração, por outro, traz uma maior flexibilidade ao colaborador na sua gestão pessoal, bem como alavanca ganhos inequívocos de eficiência. Para setores da economia, cuja qualificação não seja tão exigente e a atividade operacional seja maioritariamente física, assiste-se a perdas de produtividade. No sentido oposto, em setores de maior qualificação técnica, cuja presença física não seja relevante, conclui-se que

este novo modelo de trabalho é uma boa solução. Passados cerca de seis meses, o balanço está a ser feito e, muito provavelmente, nas atividades possíveis o 'teletrabalho' veio para ficar e as empresas tornam-se 'hubs' para encontros e resolução de situações pontuais (também neste aspeto o conceito de empresa, enquanto instalação física, vai mudar).

Naturalmente, com estas mudanças não pode ser posto de parte o papel da formação, como um instrumento relevante para enfrentar esta nova realidade. A troca de informação, realidades, experiências, irá ser essencial para os novos desafios que se avizinham. A educação, outrora recebida, carece de uma permanente atualização, de forma a renová-la para uma sociedade mais digital e apoiada em ferramentas e aplicações modernas, como é bom exemplo disso, a utilização crescente das plataformas de comunicação que facilitam o trabalho à distância, não só para a interação intraempresa, como também, com os clientes e fornecedores.

Por fim, mesmo com a preocupação da saúde, irão ser criados mecanismos e desenvolvidas capacidades para garantir a nossa boa adaptação, neste mundo cada vez mais imprevisível, inconstante e em rápida transformação. Esta é a nova realidade.

“A questão da eficiência exige que os governantes e a indústria se unam e mostrem uma liderança ousada.”

Uma nova política de eficiência energética 'fresca'



Iain Campbell, professor associado no Instituto Rocky Mountain



Caroline Winslow, professora associada no Instituto Rocky Mountain

ticas e de desenvolvimento mais críticas e frequentemente negligenciadas dos nossos tempos”.

A Emenda Kigali de 2016 do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono visa reduzir a produção e o consumo de HFC em mais de 80%, até 2047. Se for implementada, poderá evitar 0,4 °C de aquecimento global neste século. Mas, embora a Emenda Kigali forneça um caminho para lidar com os fluidos refrigerantes, o mundo tem agora de enfrentar o problema da intensidade de energia dos ares condicionados.

A maioria dos aparelhos de AC que é vendida actualmente é duas a três vezes menos eficiente do que os melhores produtos disponíveis no mercado. Isto ocorre, em grande parte, porque os consumidores compram os aparelhos com o preço mais baixo, com pouco ou nenhum conhecimento das implicações dos custos referentes à vida útil das respectivas compras. A IEA estima que difundir amplamente os ares condicionados mais eficientes do mercado nos dias de hoje poderia reduzir a procura por energia de refrigeração para a metade.

Embora a indústria de AC precise de continuar a tornar os aparelhos mais eficientes, podemos e devemos tomar medidas para impulsionar a adopção dos melhores produtos já disponíveis. Isso significa mudar a maneira como tratamos a

questão da eficiência, o que, por sua vez, exigirá que os governantes e a indústria se unam e mostrem uma liderança ousada.

Uma forma de aumentar a eficiência energética é através de políticas de intervenção, especificamente em relação aos padrões mínimos de desempenho energético (MEP). Actualmente, os MEP são definidos um pouco acima do nível dos produtos de AC de pior desempenho, a fim de mantê-los fora do mercado e fornecer alguma protecção aos consumidores.

Mas com o crescimento do mercado a acelerar, os governantes deveriam, em vez disso, definir MEP com referência aos melhores produ-

tos comercialmente disponíveis – o que significa que os MEP estariam logo abaixo do limite máximo da tecnologia, em vez de estarem apenas acima do mínimo da tecnologia.

Esta mudança significativa não protegeria apenas os consumidores; também reduziria consideravelmente os custos referentes à vida útil em matéria de propriedade e funcionamento dos aparelhos de ar condicionado. Ao mesmo tempo, ainda permitiria espaço suficiente para a concorrência de produtos, reduzindo assim o preço de compra de aparelhos mais eficientes.

Tal política poderia copiar e basear-se no programa Top Runner do Japão, lançado em 1999, que efectivamente faz avançar o mercado de AC do país, ao mesmo tempo que proporciona poupanças de energia e redução dos custos referentes à vida útil. O esquema incentiva os consumidores a comprar os aparelhos disponíveis com melhor desempenho através de um programa de rotulagem, que, por sua vez, aumenta as economias de escala e reduz os custos. E ao exigir do mercado tecnologias de AC mais eficientes, o Top Runner também reforça a confiança do investidor.

Atingir a eficiência máxima dessa forma em todo o mundo diminuiria os custos referentes à vida útil, para os consumidores que possuem um aparelho de AC, por um factor de dois a três e eliminaria a necessi-

dade de mais de 1.300 gigawatts de capacidade de geração de electricidade a nível mundial. Também evitaria entre 157 a 345 gigatoneladas de emissões de dióxido de carbono ao longo das próximas quatro décadas.

O estabelecimento de políticas baseadas nos melhores produtos de AC comercialmente disponíveis, em vez dos mais comumente vendidos, evitaria as emissões, reduziria os gastos do governo na geração de energia e economizaria o dinheiro dos consumidores, ao mesmo tempo que continuaria a incentivar o mercado a desenvolver produtos de melhor desempenho.

Melhor ainda, tal mudança de política prepararia o mercado para os produtos de AC com um potencial de eficiência ainda maior, que já estão no horizonte. Em 2018, uma coligação internacional lançou o Global Cooling Prize para identificar um ar condicionado residencial que use muito menos energia e contenha fluidos refrigerantes com pouco ou nenhum efeito no clima.

Oito equipas desenvolveram tecnologias que potencialmente poderiam ter cinco vezes menos impacto climático do que os aparelhos de AC padrão que existem actualmente no mercado. Após a fase de testes, um vencedor receberá um prémio de um milhão de euros em Março de 2021 pela sua solução de refrigeração inovadora.

A escalada global de tal tecnologia de refrigeração poderia poupar aos consumidores um bilião de dólares em custos operacionais nos próximos 30 anos e evitar até 0,5 °C de aquecimento até ao final do século. E isso inclui apenas o sector residencial.

Uma única mudança na nossa abordagem para a eficiência energética pode permitir que mais pessoas ao redor do mundo se sintam frescas, pode beneficiar os consumidores e nivelar a curva relacionada com a procura e emissões de energia relacionadas com a refrigeração. Se quisermos AC favoráveis ao clima, precisamos de dar um salto em direcção ao limite máximo da tecnologia.

Embora a indústria de AC precise de continuar a tornar os aparelhos mais eficientes, podemos e devemos tomar medidas para impulsionar a adopção dos melhores produtos já disponíveis.



Os ares condicionados (AC) podem estar a refrescar-nos, mas estão a ‘cozinhar’ o nosso planeta. Em todo o mundo, os países experimentaram temperaturas abrasadoras. Agosto deste ano foi o segundo mês mais quente registado até à data. O aquecimento global e as ondas de calor mais intensas no verão, juntamente com o aumento da urbanização e o aumento dos rendimentos, estão a levar a um crescimento dramático na procura por aparelhos de AC. A Agência Internacional de Energia (IEA) prevê que o número de AC a funcionar, a nível mundial, aumentará de 1,6 mil milhões, hoje, para 5,6 mil milhões, até 2050. Nos próximos 30 anos, dez aparelhos de ar condicionado serão vendidos a cada segundo.

Os ares condicionados contribuem significativamente para as emissões de gases com efeito de estufa que alimentam as alterações climáticas, tanto directamente, devido aos fluidos refrigerantes à base de hidrofluorcarbono (HFC), como indirectamente, dada a energia que consomem. Um relatório recente da IEA e do Programa das Nações Unidas para o Ambiente destaca a ameaça, descrevendo-a como “uma das questões climá-

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A actualidade mundial esteve esta semana absorvida nas discussões sobre o diagnóstico de covid-19 do presidente americano. E há discussões essencialmente porque Trump passou imenso tempo a ridicularizar o vírus, a minimizá-lo, como fizeram também Boris Johnson, no Reino Unido, e Jair Bolsonaro, no Brasil. Há uma espécie de justiça poética nos 'três da vida airada' terem apanhado covid-19, porque os exemplos de atropelo à prevenção que deram foram vingados pelo vírus. Não eram eles que gozavam os outros por andarem de máscara, que não queriam fazer prevenção, que não queriam implementar medidas para as pessoas ficarem em casa?

Mas no caso de Trump, como o diagnóstico surge dias depois do debate com o opositor, Joe Biden, muitos começam a ver na sua covid-19, uma estratégia política para evitar futuros debates. É que o debate foi, de facto, muito mau.

Ouviram-se ataques pessoais que transformaram o debate numa verdadeira pocilga, com Trump a interromper constantemente e a chamar 'cocaíneiro' ao filho de Biden, e Biden a ter dificuldades em terminar as frases e repetindo, várias vezes, "cala-te, oh homem", chegando mesmo a chamar o homem mais poderoso do mundo de "palhaço".

Discussão que ficou tipo Big Brother, se ali tivéssemos a Cardi B e a Nicky Minaj a discutirem talvez saíssem melhores argumentos. E aquele espectáculo triste no bastião da democracia de facto compromete os valores democráticos.



Em termos de direccionamento das políticas de Estado, de se saber o que é que os candidatos têm planeado para melhorar o país, quais são as prioridades e como é que vão concretamente atingi-las, não se soube nada.

É claro que aquela miséria de debate político continua a estar a anos luz do que temos aqui, em que nunca vimos o presidente debater ideias com ninguém, nem o actual e menos o anterior, numa demonstração de desprezo pela necessidade de informar o público sobre algo tão elementar como saberem em quem vão votar e que planos têm para o país. E agora pergunto eu, alguém sabe qual é o plano? Tanto de quem tem o poder como de quem quer ter o poder? Isto, fora frases bonitas como "resolver os problemas do povo", ou como "primeiro o angolano", alguém sabe como é que concretamente, com que políticas de facto se pretende atingir o melhoramento do país? É que

já diz o ditado, de boas intenções está o inferno cheio...

E preocupa, sabendo nós de toda a dificuldade que a Oposição no nosso país já enfrenta para se fazer ouvir, que quando consegue, vem dizer frases deste tipo, bonitas, mas vazias de conteúdo concreto.

Quando foi entrevistado na rádio Essencial, o candidato Abel Chivukuvuku, que é um dos alvos preferenciais dos ataques pessoais e profissionais sem ética nenhuma dos opositores, quando questionado sobre a inclinação das suas políticas, se de esquerda ou de direita, respondeu algo como "o importante são as pessoas, resolver a pobreza", etc. Ora, toda a gente sabe que o importante é resolver os problemas das pessoas, dizem todos o mesmo, o que ninguém sabe é como é que ele, que é candidato, pretende fazer isso. E era isso que era importante saber. No caso do PR, não se põe por em causa a necessidade do combate

Ora, quem vai multar os que têm a incumbência de multar? Mais uma vez, os nossos governantes tomam decisões, inventam leis sem pensar na aplicação prática das mesmas.

à corrupção, o que está em causa é como é que esse combate é feito e se, primeiro, vai ver de quem se trata, para ver se é para combater ou não. Porque o que se vê é que a corrupção de uns é para punir, mas a de outros não.

O que está em causa não são as boas intenções, disso, mais uma

vez, está o inferno cheio.

A propósito de boas intenções que habitam no inferno, na semana que passou, para além de bolo de aniversário para comemorar um ano de IVA, que deve ser algum recorde de necessidade de festas, foram anunciadas multas para o consumo de bebidas alcoólicas em excesso. E eu, que não bebo, não sinto qualquer simpatia pelo abuso do álcool e sou adepta de políticas que regulem o consumo abusivo. Por causa disso, tenho uma foto no telemóvel, tirada no Namibe, no meio do deserto, quando fui visitar a família na tribo e que mostra aqueles saquinhos odiosos de uísque quase de 50 graus que queimam completamente o fígado, criam vício e que são vendidos assim ao desbarato, para desgraçar ainda mais os pobres, um atentado à saúde pública. Mas multar o consumo, principalmente na nossa realidade, não passa de tentar pôr um penso rápido numa perna amputada, de tentar travar um sintoma ignorando a doença. A nossa polícia que vai multar é a primeira a estar frequentemente intoxicada. Eu já vi muito polícia bêbado. Ora, quem vai multar os que têm a incumbência de multar? Mais uma vez, os nossos governantes tomam decisões, inventam leis sem pensar na aplicação prática das mesmas. Sem pensar na polícia que temos. Gostei de ouvir que os polícias vão voltar para a escola, é uma medida acertada e necessária, e, longe de ser uma vergonha, é um passo concreto no sentido de melhorar, mas a verdade é que hoje ainda temos uma polícia mal-formada. O governo vai ser responsável se, como na ideia infeliz de multarem por causa das máscaras, os polícias começarem também a dar tiros e a matar à toa agora porque acham que o cidadão bebeu de mais. É verdade que o Governo precisa de receitas, mas tem de ver bem onde ir buscar, e esta é uma receita que facilmente vai resvalar para mais atropelos por parte das forças da ordem.

A regulação do consumo de bebida como de tabaco em excesso em todo o mundo faz-se com impostos que encarecem o produto que se quer desincentivar por motivos de saúde pública, e com campanhas de sensibilização para consolidar esse efeito. Antes de inventar decretos e leis novas, temos de olhar para o país que temos e, mais uma vez, usar mais a cabeça do que o músculo.



LIVE

100% DIGITAL

III FÓRUM COMPETITIVIDADE & INOVAÇÃO



Efosa Ojomo

Senior Research Fellow no Clayton Christensen Institute for Disruptive Innovation



Pedro Lopes

Secretário de Estado para a Inovação de Cabo Verde



Gadi Lipiner

Consultor e Ex.CEO e fundador de Startups tecnológicas em Israel



Miguel Lúcio

Administrador Executivo na Asseco PST



Adedeji Ogunnubi

HR Manager na TOTAL E&P Canadá



Luis Madureira

Managing Partner da Uberbrands. Consultor de Competitive Intelligence (CI), Estratégia, Inovação & Growth



Eli David

CEO da StartupBlink



Leonardo Varella -Cid

Co-fundador da InnovationCast.com (software de gestão da inovação)



Diogo Ponte

Managing Director da Kairos (The Hemera Capital Partners Initiative to Drive Impact)



Teodoro Poulson

Coordenador da Comissão de Reestruturação do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA)



Vitor Varela

Administrador Executivo no NOSi (Núcleo Operacional da Sociedade de Informação de Cabo Verde)



Sérgio Alves

Consultor Internacional na Sociedade Portuguesa de Inovação



Fernando Cabral

Fundador do FS-360 and Chief Venture Growth da Djassi Africa



Haymée Cogle

Co-founder do Chapter Founder Institute Angola (Luanda)



Lúcia Stanislas

Entusiasta do desenvolvimento, Mentora e Empreendedora



Luis Verdeja

Fundador da Jobartis (primeiro portal de emprego em Angola)



Dimonekene Ditutala

Embaixador do Africa Code Week para Angola



Patrício Quingongo

Fundador e CEO da Petroangola



Sérgio Povoas

Director do Business Angel Club em Portugal

O MUNDO "MUDOU"! FIQUE EM CASA, MAS NÃO FIQUE PARA TRÁS.

info@angolasummit.co

PATROCINADOR OURO



PARCEIROS



MEDIA PARTNER





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 228 Partilhas 138 Likes 590

A edição 228 do Valor Económico chegou a mais de 50 mil internautas e mereceu mais de seis mil interações entre comentários, partilhas e emoções que maioritariamente se concentraram no destaque da capa sobre o envolvimento de Carlos Saturnino, Ex-PCA da Sonangol com os negócios da Sonils.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Alfredo Alves

Saturnino critica Isabel dos Santos mas e outro gatuno. Os Angolanos que vejam os negócios que estão a ser feitos por trás da porta mesmo depois do período de JES.



Carlos Madeira

este era o objectivo disse João Lourenço e assim todos vão abrir a boca e serão acorrentados pelo JLO



Daniel Quiosa

Somos cento e tal homens em casa, no caso Sonangol EP à espera do tribunal angolano que trabalham que nem cães-gatos. Estamos a morrer de fome, só por causa destes senhores, desde o tempo do primeiro mandato de (Manuel Vicente) até o do senhor Gaspar Martins o tal de pai querido, hoje vêm nos meter em casa sem nenhum esclarecimento e romperem leis q existem na LGT. É triste angola.



Efigenio Bernardo

Se Manuel Vicente confessar tudo... Se Isabel dos Santos falar sobre tudo o que viu... só há problema...foi o papai JES que permitiu tudo isso. Por isso... fica-lhe muito mal... todos nós sabemos que a Sonangol foi o maior financiador da nossa suposta Elite Empresarial. falei pronto!



Hamilton Neto

Enquanto não se fazer uma auditoria séria na Sonangol vamos continuar nesse circo, Segundo IS ela disse que fez um relatório dos principais negócios da Sonangol e apresentou ao BP do MPLA e até agora não foi desmentida.



Domingos Conceição Teta Dembo

Hamilton Neto quem era o BP/MPLA? Naturalmente Zé Eduardo. Porque na gestão centralizada o presidente sozinho substitui o BP, ela mente se apresentou ou não é seu pai e não fez caso então algo não bate certo, mentira, mentira... quer branquear-se já é tarde teve período de graça



Damacera Munginga Damacera

Eu já sabia Carlos Saturnino envolvido negócios Sonils. Comandei negócios base Sonils muitos anos. Eu vivi na pele os produtos químicos inalados naquela base Sonils. Este senhor deve pagar tanto sofrimento passar somos humilhados. Empresas fantasma Angola offshore e Sermar só para saquear dinheiro Sonils.



Maria Rosa Trincheiras

A Isabel tinha razão! Afinal só temos ladroes



Fabio Santos Santos

Isabel Dos Santos, tinha muita razão e o presidente só não fala nada porque vai começar a ter vergonha, ainda vamos ouvir muitas coisas



Joseph Macedo

Eu mesmo só ando pensativo com as tantas empresas de auditoria que por lá andavam ou andam...



José Carlos Silva

ISABEL DOS SANTOS sabia bem o q estava a fazer. Tudo uma cambada.



Luis Coelho

O Manuel Vicente tb tem que ser auditado



Helder Cruz

Cada vez que se puxa o cordel da Sonangol e um desastre. Sucu yangue



Eduardo Peyroteo Dado

Derito, Essa é uma grande verdade, cada vez que se puxa mais um pouco o cordel da Sonangol, deixam-se a descoberto muitas vigarices dos seus actuais dirigentes, ex-dirigentes, e altos quadros. Ninguém enriquece dessa maneira, nem adquire tão grandes fortunas, e em tão pouco tempo, só com a força do seu trabalho honesto



Luis Coelho

O Manuel Vicente tb tem que ser auditado



Domingos Campos Campos

Todos dirigentes do MPLA são corruptos incluindo ate os secretários dos CAPS

Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Taça Cheia

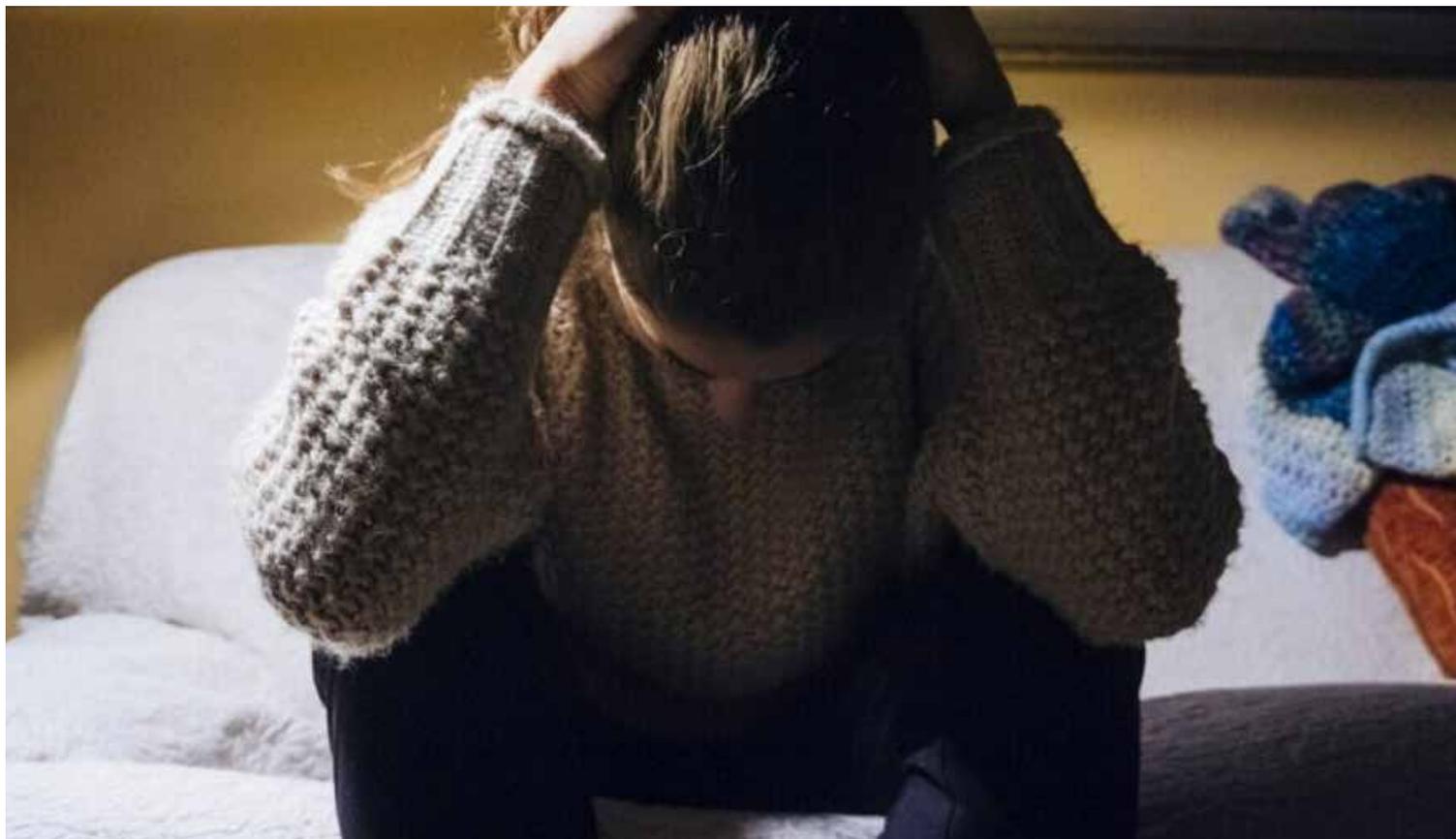


96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19



EM 93% DOS PAÍSES DO MUNDO

Pandemia suspendeu serviços de saúde mental

A pandemia de covid-19 interrompeu ou suspendeu serviços essenciais de saúde mental em 93% dos países do mundo, numa altura em que a procura por estes cuidados de saúde está a aumentar

Os dados constam de um inquérito da Organização Mundial da Saúde (OMS). O inquérito, realizado em 130 países, fornece os primeiros dados globais que mostram o impacto devastador da covid-19 no acesso aos serviços de saúde mental e realça a necessidade urgente de um aumento do financiamento.

A auscultação, que foi realizado entre Junho e Agosto deste ano, em 130 países das seis regiões da OMS, avalia como a prestação de serviços mentais, neurológicos e de uso de substâncias mudou devido à covid-19, os tipos de serviços que foram interrompidos e como os países estão a adaptar-se para superar esses desafios.

Mais de 60% dos países

reportaram perturbações nos serviços de saúde mental para pessoas vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes (72%), idosos (70%) e mulheres que necessitam de serviços pré-natais ou pós-natais (61%).

Segundo o estudo, 67% viram interrupções no aconselhamento e psicoterapia, 65% nos serviços de redução de danos.

Quase um terço (35%) reportou interrupções nas intervenções de emergência, incluindo pessoas que sofrem de convulsões prolongadas, síndromes de retirada de uso de substâncias severas, e delírio.

Houve 30% que relataram perturbações no acesso a medicamentos para distúrbios mentais, neurológicos e de uso de substância e quase três quartos reportaram pelo menos perturbações parciais nos serviços de saúde mental escolar e no local de trabalho (78% e 75%, respectivamente).

Enquanto muitos países (70%) adoptaram a telemedicina ou a teleterapia para superar as interrupções dos serviços presenciais, existem disparidades significativas na adopção destas intervenções, adianta o estudo.

Mais de 80% dos países de alto rendimento reportaram o desenvolvimento de telemedicina e teleterapia para colmatar as lacunas na saúde mental, em comparação com menos de 50% dos países de baixos rendimentos.

A investigação é divulgada dias antes da realização de um grande evento da OMS a 10 de Outubro, Dia Mundial da Saúde Mental, um evento virtual de 'advocacy' da OMS que reunirá líderes mundiais, celebridades e defensores da saúde mental para apelar ao aumento dos investimentos nesta área na sequência da pandemia.

A OMS já salientou o subfinanciamento crónico da saúde mental: antes da pandemia, os

países gastavam menos de 2% dos orçamentos nacionais de saúde nesta área e lutavam para satisfazer as necessidades das populações.

Agora, a pandemia está a fazer aumentar a procura destes serviços. "O luto, o isolamento, a perda de rendimento e o medo estão a desencadear condições de saúde mental ou a exacerbar as já existentes", salienta.

"Muitas pessoas podem estar a enfrentar um aumento do consumo de álcool e de drogas, insónias e ansiedade", explica. Enquanto isso, o próprio vírus SARS-CoV-2 pode levar a complicações neurológicas e mentais, como delírio, agitação ou ataque.

"As pessoas com distúrbios pré-existentes mentais, neurológicos ou derivados de consumo de substâncias também são mais vulneráveis à covid-19 e podem ter um maior risco de resultados graves e até mesmo de morte", adverte.

ATÉ TERÇA-FEIRA

Presidente da Comissão Europeia em isolamento

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, vai estar em isolamento até terça-feira, por ter estado, na semana passada, em contacto com uma pessoa infectada, na reunião do Conselho de Estado, em Cascais, Lisboa.

A notícia foi avançada pela própria no Twitter. "Fui informada de que participei numa reunião, na terça-feira passada, onde estava uma pessoa que ontem testou positivo para a covid-19. De acordo com os regulamentos adoptados, estarei em auto-isolamento até amanhã [terça-feira] de manhã", escreveu a líder do executivo comunitário na sua conta na rede social Twitter.

Ursula von der Leyen fez um teste na quinta-feira, com resultado negativo, e fará outro ainda hoje.



O MINISTÉRIO DA SAÚDE começa nesta terça-feira a testar aleatoriamente professores e alunos de algumas escolas do país, no sentido de avaliar o grau de infecção no seio da comunidade estudantil.



ATÉ JUNHO DE 2021

Cabo Verde admite prorrogar moratória aos créditos

O governo cabo-verdiano admite prorrogar, até Junho de 2021, a moratória aos créditos bancários, aplicada desde Abril devido à pandemia da covid-19, que já abrange quase 140 milhões de euros.

Esta moratória foi aprovada no final de Março e previa um primeiro período de seis meses, até 30 de Setembro, tendo sido prorrogado até 31 de Dezembro, devido à “evolução da covid-19, cujos impactos das medidas com vista à mitigação se fazem sentir na dinâmica económica e na situação financeira do país”, admitiu o governo.

Agora, o vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Olavo Correia, admite nova prorrogação, face à situação de crise que afecta famílias e empresas cabo-verdianas. “Prevê estender as moratórias de créditos até 2021, sendo necessário, junto com o Banco Central a prorrogação até Junho 2021”, declarou

Olavo Correia, ao comentar a proposta de lei do Orçamento do Estado para o próximo ano.

O governante acrescentou que, “na mesma linha, vão ser continuadas um conjunto de medidas sectoriais ao nível do turismo, dos transportes marítimos, da indústria, da agricultura, das indústrias criativas e da própria economia digital”.

O regime de moratória de créditos abrange, além de empresas e famílias, também autarquias, empresários em nome individual, instituições particulares de solidariedade social e associações sem fins lucrativos.

De acordo com o último balanço do instituto público Pró-Empresa, responsável por gerir os apoios às empresas cabo-verdianas no âmbito da pandemia, foram aprovadas, desde Abril, 660 moratórias para crédito de empresas. Essas moratórias ultrapassam em valor de 139,5 milhões de euros.

PELO MENOS OITO DIAS

Viajantes para outras províncias obrigados a estar em Luanda

Os passageiros nacionais e estrangeiros cujo destino não seja Luanda são obrigados a cumprir uma quarentena de oito a 14 dias na capital, em local autorizado pelas autoridades sanitárias, antes de viajar para outras províncias.

A obrigação consta do decreto executivo conjunto dos ministérios do Interior, Transportes, Saúde e Cultura, Turismo e Ambiente, que define as regras sobre as viagens nacionais e internacionais durante o período de situação de calamidade pública.

Ficam excluídos os passageiros em trânsito, com voo de ligação no próprio dia, “respeitando-se as regras sanitárias” durante a permanência no aeroporto, refere-se ainda no diploma.

Angola reabriu o espaço aéreo a voos internacionais no dia 21 de setembro, depois de seis meses de encerramento devido à pandemia de covid-19, embora se mantenha ainda cerca sanitária na província de Luanda.

Os passageiros nacionais e estrangeiros residentes que entram em Angola são obrigados a cumprir quarentena domiciliária e a assinar um termo de responsabilidade, devendo realizar um teste de biologia molecular (RT-PCR) até 72 horas antes do embarque.

Os cidadãos estrangeiros não residentes “devem efectuar obrigatoriamente uma quarentena institucional, ficando os passaportes retidos pelas autoridades migratórias angolanas até à conclusão deste período”.

A realização de voos domésticos a partir de Luanda implica também um teste serológico, sendo igualmente obrigatória para sair de Angola a realização de um teste “de acordo com as exigências definidas pelas autoridades do país de destino”.

O diploma define ainda que as operações aéreas internacionais e domésticas podem ser realizadas sem limite de utilização da capacidade das aeronaves, embora deva ser contemplada uma zona de isolamento para acomodar possíveis casos suspeitos.



DESDE SEXTA-FEIRA PASSADA

Entradas e saídas de Luanda vão exigir guia de trânsito

A entrada e saída por via terrestre de Luanda, que está sob cerca sanitária devido à covid-19, passa a estar dependente da emissão de uma guia de trânsito.

Segundo um comunicado da Comissão Multisectorial para Prevenção e Combate à Covid-19, os cidadãos que pretendem entrar ou sair da província deverão fazer a solicitação através do site www.cdircovid19.go.ao, preenchendo um formulário e anexando cópia do documento de identificação, do resultado negativo do teste à covid-19 e demais documentos que fundamentam o pedido.

Caso a viagem seja autorizada, será enviada a guia de trânsito por correio electrónico, caso contrário, serão indicadas as razões da não autorização.

A solicitação terá tratamento “célere”, refere-se na plataforma, sem precisar qual o período de tempo para analisar o pedido.

Os documentos terão de ser apresentados nos postos de controlo nas zonas limítrofes provinciais ou noutras acções de fiscalização.

A guia de trânsito é válida durante sete dias a contar da data da emissão.

As situações autorizadas para a entrada e saída das zonas sob cerca sanitária provincial ou municipal são: entradas e saídas de bens e serviços; deslocações por motivos profissionais; ajudas humanitárias; entradas e saídas de doentes e trasladação de cadáveres, excepto se a causa de morte for a covid-19.

Marcas & Estilos



Mãos hábeis

Quando se trata de bolsas icónicas, a Birkin é o símbolo de status definitivo. É conhecida pela habilidade superior e um preço insano. Os modelos padrão, extremamente discretos, estão limitados ao fornecimento da elite e da moda.



Descontracção em alta

Estas são calças simples que podem ser usadas em ambientes mais informais para se sentir mais descontraído. Não foi por acaso que o designer fez dessas Track uma referência no guarda-roupas.



AUTOMÓVEL

Um ronco... e já está!

O Huracán utiliza o mesmo bloco do motor do anterior Gallardo, um 5,2 litros V10. As alterações introduzidas permitiram aumentar a potência dos 520 para 610 cavalos. Este modelo da Lamborghini acelera dos 0 a 100 km/h em apenas 3,2 segundos e alcança a marca de 200 km/h em 9,5 segundos.

É possível conduzir o carro nos modos Strada, Sport e Corsa, que modificam o comportamento do carro. A caixa de sete velocidades é automatizada de uma única embraiagem.

Esta fera utiliza um novo tipo de chassis com uma tecnologia desenvolvida com a Audi e usa a chamada 'fibra de carbono forjado', uma estrutura associada ao alumínio na carroçaria, que permite que o veículo seja 10% mais leve, chegando a ser 50% mais rígida.

AGENDA

LUANDA

ENTRE 6 E 10 DE OUTUBRO

Feira Internacional de Luanda, na Zona Económica Especial (ZEE).

8 DE OUTUBRO

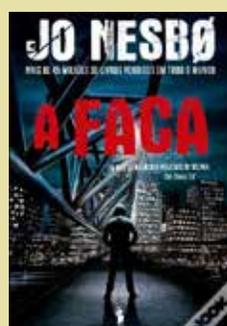
Conferência sobre Crédito Malparado, soluções e estratégias para Angola, no Palmeiras Hotel, às 9 horas. O evento é promovido pela Positiva - Gestão e Serviços Financeiros.

LISBOA, PORTUGAL

17 DE OUTUBRO

Lady Mukeba, autor angolano, apresenta a obra 'Guião de Marketing - Uma forma simples e metódica de conduzir o negócio ao sucesso', na Associação da Força Aérea Portuguesa (AFAP).

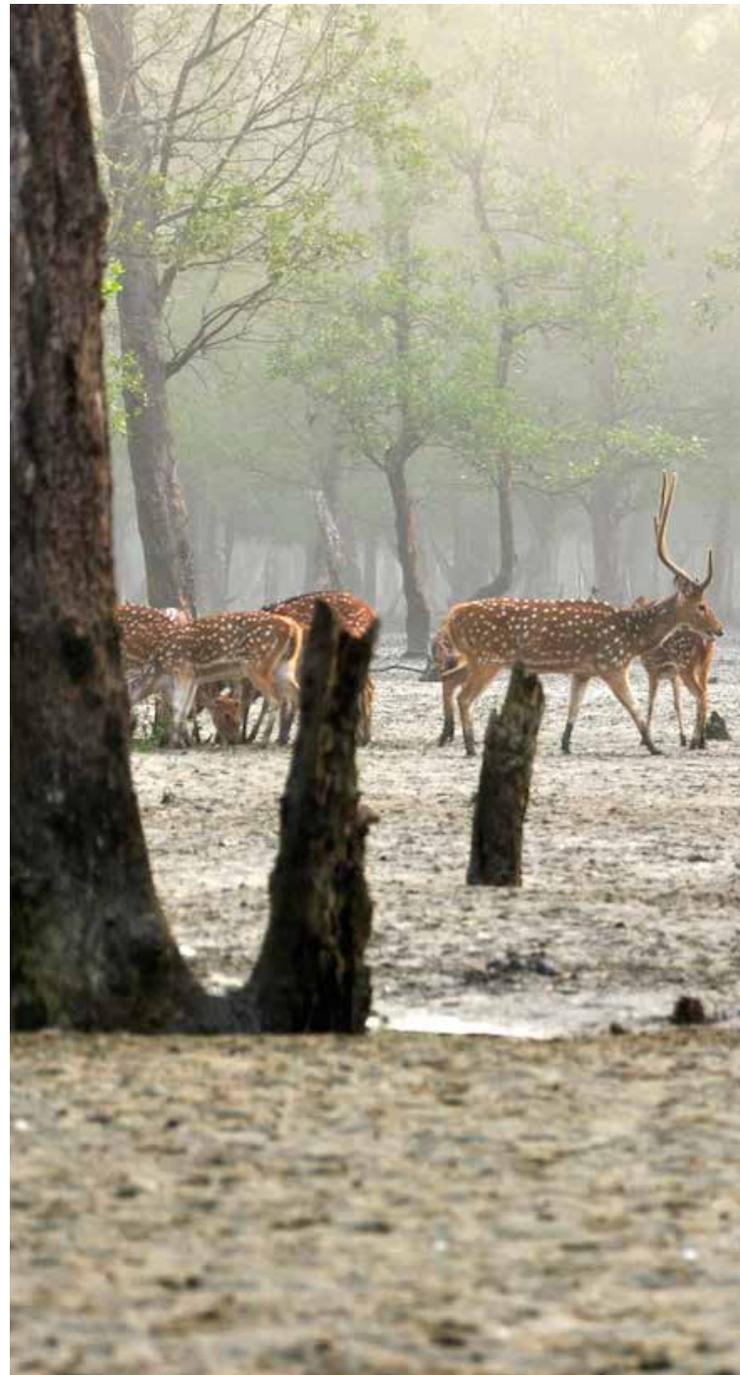
LIVROS



HARRY HOLE está em maus lençóis. Rakel, a única mulher que algum dia amou, deixou-o de vez. A Polícia de Oslo ofereceu-lhe uma nova oportunidade, mas para resolver casos menores.



ENSAIO ESCRITO como um romance, ao longo das nove partes de Os Testamentos Traídos desfilam e cruzam-se as mesmas personagens: Stravinski e Kafka acompanhados dos seus curiosos amigos.



TURISMO

Um exemplo ecológico

O mangue arbóreo de Sundarbans, uma das maiores florestas desse tipo do mundo, é formado no delta dos rios Ganges, Brahmaputra e Meghna na Baía de Bengala. O local é composto por três santuários adjacentes ao Sundarbans de Bangladesh, Património Mundial inscrito em 1997.

Cruzados por uma rede complexa de vias fluviais, os templos possuem pequenas ilhas de florestas com um excelente exemplo ecológico.

É conhecida pela extensa fauna que inclui 260 espécies de pássaros, o tigre-de-bengala e outras espécies ameaçadas, como o crocodilo-marinho e a pitão-indiana.

Educação & Tecnologia

AUMENTA EFICIÊNCIA E REDUZ DIFERENÇA DE PRODUTIVIDADE

Huawei apresenta novo produto 'IDEAHUB' ao mercado empresarial

TELETRABALHO. Gigante tecnológica acredita que local de trabalho pós-pandémico irá assistir a um aumento substancial do cenário de colaboração remota, onde o IDEAHUB pode desempenhar um papel transformador.

A Huawei, como empresa dedicada a ligar pessoas e organizações em África, desenvolveu uma nova geração de produto de colaboração inteligente denominado IDEAHUB. A nova ferramenta, que em Angola já é usada por algumas entidades públicas e privadas, permite um escritório inteligente em todos os cenários, integra múltiplas funções, colaboração em vários ecrãs entre telemóveis e processadores, um quadro branco interativo, videoconferência FHD e galeria HD App Gallery incorporada.

O local de trabalho pós-pandémico irá assistir a um aumento substancial do cenário de colaboração remota, onde o IDEAHUB pode desempenhar um papel transformador. Em África, serve para digitalizar cada sala de reuniões e escritório aberto, aumentando a eficiência da produção para as empresas e, em última análise, reduzindo a diferença de produtividade.

Além disso, a sua AppGallery incorporada traz três benefícios para as empresas. Primeiro, fornece uma variedade de aplicações de escritório e produção; segundo, satisfaz as necessidades das empresas em termos de escritórios colaborativos, R&D e produção; por último,



mas não menos importante, é fácil de utilizar e de implantar, sendo ao mesmo tempo rentável.

O conceito de espaço de escritório com edifícios e pisos ocupados por vários departamentos pode muito bem ser substituído por um espaço comum interdepartamental equipado com computadores inteligentes da Huawei ligados ao IDEAHUB, com custo de comunicação reduzido e mais produção. A cultura de trabalho mudará, correspondentemente, com o provável aumento da criatividade e colegialidade à medida que a mão-de-obra mais jovem abraça a inovação organizacional.

A fim de continuar a explorar as necessidades dos utilizadores empresariais e fornecer-lhes uma

ferramenta de produtividade avançada que permita um escritório inteligente com todos os cenários, a Huawei lançou a sua estratégia '1+3+X': '1' indica a digitalização do escritório baseada na Plataforma Unificada HUAWEI na Nuvem Huawei ou na implantação On-Premise.'3' refere-se a três tipos parâmetros de colaboração inteligente. O primeiro tipo é a videoconferência. O segundo é esta série de IDEAHUB, recentemente lançada para colaboração em equipa. E o terceiro parâmetro é a série de Computadores Inteligentes, que estará disponível nos próximos meses. O 'X' representa a cooperação aberta e a construção de ecossistemas, tanto para software como para hardware.

nova geração de produtos inteligentes de colaboração de escritório para responder a esta procura.

"O IDEAHUB da Huawei é simultaneamente destrutivo e construtivo", afirma LiaoYong, presidente da Huawei Enterprise Business Group na África Austral. É destrutivo e mais importante por eliminar as barreiras físicas e organizacionais entre empresas africanas que precisam de trabalhar em conjunto, enquanto for comercial, e culturalmente construtivo mesmo quando ajuda as empresas a construir um ambiente de trabalho inteligente onde as ideias e a informação podem fluir mais livremente para uma maior eficiência e custos operacionais mais baixos.

"O IDEAHUB é também coerente com a nossa missão em África", acrescentou, "Há mais de 20 anos que a Huawei tem vindo a trabalhar com os africanos na conectividade entre empresas e lares neste continente".

100% DETIDA PELOS EMPREGADOS

A Huawei é um fornecedor líder mundial de infra-estruturas de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e dispositivos inteligentes. Com soluções integradas em quatro domínios-chave – redes de telecomunicações, IT, dispositivos inteligentes e serviços na nuvem – estamos empenhados em levar o digital a cada pessoa, casa e organização para um mundo totalmente conectado e inteligente.

A carteira completa de produtos, soluções e serviços da Huawei é simultaneamente competitiva e segura. Através da colaboração aberta com parceiros do ecossistema, criamos valor duradouro para os nossos clientes, trabalhando para capacitar as pessoas, enriquecer a vida doméstica e inspirar inovação em organizações de todas as formas e tamanhos.

Na Huawei, a inovação centra-se nas necessidades dos clientes. Investimos fortemente na investigação básica e concentramo-nos nos avanços tecnológicos que impulsionam o mundo. Temos mais de 194.000 empregados e operamos em mais de 170 países e regiões. Fundada em 1987, a Huawei é uma empresa privada totalmente detida pelos seus empregados. Para mais informações, visite a Huawei através de www.huawei.com/za ou siga-nos em <https://twitter.com/HuaweiEntSAR> <https://www.facebook.com/HuaweiEntSAR/>

MEMORIZE

● O local de trabalho pós-pandémico irá assistir a um aumento substancial do cenário de colaboração remota, onde o IDEAHUB pode desempenhar um papel transformador.

A difusão da inovação e das práticas de gestão pode ajudar a reduzir esta diferença, mas isto não acontecerá automaticamente. De facto, mais de 60% das empresas africanas confiam nas suas ideias e competências internas para desenvolver inovações de produtos, uma elevada dependência das capacidades internas. É necessária uma

NÚMEROS DA SEMANA

6

Meses, período em que os funcionários públicos que receberam os salários a duplicar por causa de erros informáticos. Vão sofrer descontos, segundo as Finanças.

150

Empresas nacionais ligadas à agricultura, hotelaria e turismo, entre outras, previstas a participar na primeira feira regional de negócios, organizada pelo grupo Miamop.

7.650

Empresas que foram entrevistadas, no país, no âmbito do processo de recenseamento de empresas e estabelecimentos, em curso desde março, pelo INE.

300

Mil milhões de kwanzas, valor que foi arrecadado com o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), em vigor desde Outubro de 2019, segundo a AGT.

ESTADO EM CAUSA

SGA pode perder 5,8 mil milhões de kz

A Sociedade Gestora de Aeroportos (SGA) corre o risco de não recuperar 5,8 mil milhões de kwanzas de dívida sem garantias contraída por organismos da administração directa e indirecta do Estado.

Segundo o Conselho Fiscal da Sociedade Gestora de Aeroportos, durante a elaboração do relatório de contas do ano passado, não foi possível apurar o saldo de vários clientes pela demora registada na recolha de dados contabilísticos da empresa. Questões que, segundo o relatório, tornam difícil situar, de forma real, a condição financeira e o cumprimento dos dispositivos legais. “Entendemos que a regularização de saldos deve ser feita de forma regular e consistente para que os registos contabilísticos reflectam, a todo o tempo e de forma adequada, a situação económica e financeira da empresa”, refere o relatório.

Em 2019, ainda sobre responsabilidade da Enana EP, a SGA teve um activo de 66,6 mil milhões, passivo de 52,1 mil milhões e resultado líquido de 9,9 mil milhões de kwanzas, um parcial crescimento face os 8,1 mil milhões de kwanzas do período homólogo.



REAJUSTE DE PREÇOS

Movicel perde mais de 1 milhão de clientes

Em consequência do reajuste do tarifário muito contestado pelos clientes, a operadora de telefonia móvel registou uma queda de 94,37% em termos de adesão aos novos serviços.

Segundo fonte próxima da empresa, dos mais de dois milhões de clientes existentes apenas 112.657 mil acederam aos

novos pacotes praticados desde 15 de Setembro último.

A empresa justifica o aumento com os elevados custos operacionais, pagos a 70% em divisas, e com melhoria dos serviços prestados. Entretanto, face às fortes queixas dos clientes, principalmente nas redes sociais, a empresa foi obrigada a dar mais

de quatro milhões de minutos de bónus em chamadas aos que aderirem aos novos planos.

O plano Karga Leve, um dos mais económicos, anteriormente a 850 kwanzas, passou a custar 1.500 kwanzas, ao passo que o Karga Bué, o mais caro, antes 7.400, passou para 10.500 kwanzas.

MERCADO DE CAPITAIS

OIC com mais de 53 mil milhões

O país conta já com 22 organismos de investimento colectivo (OIC), autorizados pela

Comissão de Mercados de Capitais (CMC), para movimentar os fundos de investimento. Destes destacam-se o Atlântico Liquidez, com um capital social de 20 mil milhões de kwanzas, o BFA Oportunamente III, com igual valor, o Atlântico Propaty, com 13 mil milhões, e a Aliança Global Empreendimentos, com 42 milhões de kwanzas.

Maria Baptista, PCA da CMC, afirma que, “com estes organismos, é possível, actualmente, investir em fundos de investimento colectivo mobiliário e imobiliário no país”. Considerando que “Angola conta

com um mercado mobiliário em crescimento que está a contribuir para a diversificação da economia”, a gestora aponta que “a palavra-chave para o fundo de investimento é a unidade de participação”, sendo que “quem recebe um fundo de investimento recebe a sua unidade de participação e com a mesma pode receber os ganhos”.

Além dos OIC, a CMC tem apenas sob controlo quatro sociedades corretoras de Valores Mobiliários (SCVM) que servem de ponte para aconselhar os investidores sobre os investimentos e os riscos associados. Trata-se da África Brokers S.A, Growth, S.A, Lwei Mansamusa Brokers-SCVM, S.A e a Madz Global, S.A.

Maria Baptista, que interveio nesta segunda-feira no ‘webinar’ sobre finanças, promovido

no âmbito da ‘Semana do investidor’, recordou igualmente que o cidadão pode investir as suas poupanças na compra de títulos de dívida do Estado que são as Obrigações de Tesouro. “O Estado procura financiar os seus projectos e o cidadão com a sua parcela investe nestes investimentos e por via dos quais, recebe juros”, precisou, acentuando que “esta é a primeira forma de investimento em obrigações e é possível fazê-la hoje, através dos agentes de intermediação, que são os bancos ou as sociedades corretoras”.

A ‘Semana do investidor’ decorre até sexta-feira, 9, e estão agendados ‘webinars’ sobre ‘Inclusão financeira’, ‘Financiamento colaborativo’, ‘Crescimento da indústria da OIC’ e o ‘Futuro das finanças com as fin-techs’ e ‘Criptoativos’.